



TCC/UNICAMP
W29r
IE

Meccado de Trabalho

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE ECONOMIA - IE**

CEDOC - IE - UNICAMP

DANIEL TAKESHI WATANABE

**RIQUEZA FINANCEIRIZADA E TRABALHO:
A perspectiva da agenda de trabalho decente**

**CAMPINAS
2010**

TCC/UNICAMP
W29r
1290005309/IE

692006108

DANIEL TAKESHI WATANABE

**RIQUEZA FINANCEIRIZADA E TRABALHO:
A perspectiva da agenda de trabalho decente**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel, sob a orientação da Professora Maria Alejandra Caporale Madi.

**CAMPINAS
2010**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE ECONOMIA - IE

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora Profa. Dra. _____

1º Examinador Prof. Dr. _____

Campinas, de de 2010.

Resumo

A proposta do presente estudo é entender a falta de dinamismo do capitalismo financeiro em promover a inclusão social pelo mercado de trabalho. A trajetória capitalista recente representa uma transformação na economia política do sistema – um movimento de progressiva financeirização da riqueza. Trata-se de uma fase específica do processo de valorização e internacionalização do capital, cujas novas formas de regulação econômica e social modificam o funcionamento do sistema. Essa forma de desenvolvimento capitalista, no entanto, conforma um cenário pouco promissor no panorama do emprego, conforme demonstram os relatórios da Organização Internacional do Trabalho, o que faz com que a instituição preconize uma agenda de trabalho decente.

Abstract

The purpose of this study is to analyze how the lack of dynamism of the recent capitalist development affects social inclusion through work. The current path represents a transformation in the political economics of the system – a finance led movement. It is a specific phase in the process of capital expansion and valorization, which imposes new forms of social and economic regulation that modify how the system works. However, these new forms make up a sad picture regarding the labour market, as shown in the ILO reports, what leads to a decent work agenda.

Lista de Tabelas

TABELA 1 – DESEMPREGO NO MUNDO, 1993, 1996, 1998, 1999, 2000 – 2009, EM MILHÕES DE PESSOAS.....	37
TABELA 2 – TAXA DE DESEMPREGO GLOBAL, 1999, 2000, 2004 – 2009, EM PORCENTAGEM.	38
TABELA 3 – TAXA DE DESEMPREGO JOVEM GLOBAL, 1997, 2001 – 2003, EM PORCENTAGEM	39
TABELA 4 – TAXA DE DESEMPREGO GLOBAL, ADULTO E JOVEM, 1999, 2000, 2004 – 2009, EM PORCENTAGEM	40
TABELA 5 – PROPORÇÃO DO EMPREGO EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO MUNDIAL, 1999, 2000, 2004 – 2009, EM PORCENTAGEM	41
TABELA 6 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO GLOBAL POR GÊNERO, 1999 – 2009, EM PORCENTAGEM	42
TABELA 7 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE ADULTOS E JOVENS NA FORÇA DE TRABALHO GLOBAL, 1999 – 2009, EM PORCENTAGEM	42
TABELA 8 – TRABALHO POBRE GLOBAL (1994 – 2004)	44
TABELA 9 – INDICADORES DE TRABALHADORES POBRES EM ESCALA GLOBAL (US\$ 1,25 POR DIA)	45
TABELA 10 – INDICADORES DE TRABALHADORES POBRES EM ESCALA GLOBAL (US\$ 2 POR DIA)	45
TABELA 11 – MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL GLOBAL POR DÉCADA	50
TABELA 12 – CRESCIMENTO ECONÔMICO GLOBAL, 2000 – 2004, VARIAÇÃO ANUAL EM PORCENTAGEM.....	51
TABELA 13 – TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO REAL DO PIB GLOBAL (2004 – 2010).....	51
TABELA 14 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO EMPREGO GLOBAL, 2000/2005 – 2008, EM PORCENTAGEM.....	51
TABELA 15 – TAXA DE DESEMPREGO GLOBAL, 1998 – 2008, EM PORCENTAGEM.....	52
TABELA 16 – EMPREGO GLOBAL POR SETOR EM PROPORÇÃO AO EMPREGO TOTAL (1996, 2004 - 2006).....	54

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1 – DESEMPREGO GLOBAL (1994 – 2004)	38
GRÁFICO 2 – TAXAS DE DESEMPREGO: TOTAL, FEMININO E JOVEM (2003)	40
GRÁFICO 3 – PROPORÇÃO DO EMPREGO EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO MUNDIAL, 1994 – 2004	41
GRÁFICO 4 – TENDÊNCIAS DO EMPREGO VULNERÁVEL EM ESCALA GLOBAL (1999 – 2009)	46
GRÁFICO 5 – TENDÊNCIAS DO EMPREGO NO SETOR INFORMAL COMO PERCENTUAL DO EMPREGO TOTAL PARA ALGUNS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA (1990- 1997)	49
GRÁFICO 6 – DESACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO NOS ANOS 90: PAÍSES DESENVOLVIDOS E EM DESENVOLVIMENTO.....	50
GRÁFICO 7 – DESEMPREGO GLOBAL (1996 – 2006)	52
GRÁFICO 8 – PROPORÇÃO DO EMPREGO EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO GLOBAL (1996 – 2006)	53

SUMÁRIO

RESUMO	III
ABSTRACT.....	IV
LISTA DE TABELAS	V
LISTA DE GRÁFICOS	VI
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: A TRAJETÓRIA CAPITALISTA RECENTE: A REGULAÇÃO CAPITALISTA NA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E O FUNCIONAMENTO DO CAPITALISMO LIDERADO PELAS FINANÇAS.....	10
Introdução	10
Parte I - A economia mundial após a década de 1970: mudanças na regulação capitalista	11
Parte II: A lógica excludente do capitalismo liderado pelas finanças.....	24
CAPÍTULO 2: A PARTICULARIDADE DA OIT: AS TENDÊNCIAS DO EMPREGO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E A AGENDA DE TRABALHO DECENTE	34
Introdução	34
Parte I – As tendências do emprego no cenário internacional	36
Parte II: A agenda de trabalho decente.....	60
CONCLUSÃO	70
BIBLIOGRAFIA	78
ANEXO.....	81

Introdução

O ambiente macroeconômico das últimas décadas do século passado e do início do século XXI é marcado por uma conjuntura mundial caracterizada por turbulências monetárias e financeiras em nível internacional. O que se verifica é uma sucessão de crises financeiras (cambiais, de crédito, mercados de capitais). A idéia é a de que tais movimentos estão estritamente associados a mudanças no regime de acumulação global da riqueza decorrentes de desdobramentos do sistema capitalista iniciados na década de 70 – o chamado processo de *financeirização* da economia. Trata-se, assim, de uma nova fase no que se refere ao processo de valorização do capital, que altera a natureza da concorrência e a estrutura das corporações, bem como se alicerça em uma nova macroestrutura financeira. A propensão do capitalismo em buscar novas formas de acumulação e valorização manifesta-se, desta vez, com a supremacia do capital financeiro.

“...novo regime mundial de acumulação, cujo funcionamento depende das prioridades do capital privado altamente concentrado – do capital aplicado na produção de bens e serviços, mas também, de forma crescente, do capital financeiro globalizado, mantendo-se sob a forma de dinheiro e obtendo rendimento como tal.¹”

O resultado é um regime caracterizado por uma lógica de mercado, do qual a desregulamentação e a maximização do valor aos acionistas são alguns dos traços mais marcantes e a atitude financeira rentista é a sua expressão mais acabada. Alteram-se as condições em que ocorre a combinação entre investimento produtivo e capitalização financeira, modificando, assim, a trajetória do crescimento econômico e os impactos sociais (renda, emprego e desigualdade).

Assim, todas essas mudanças derivam de novas formas de regulação do sistema, cujos impactos no mundo do trabalho não podem ser ignorados. As

¹ CHESNAIS, F. *A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século*. Economia e Sociedade, Campinas, n.5, 1995, p. 1.

transformações financeiras submetem as políticas macroeconômicas nacionais a expectativas volúveis, conformando um sistema pouco dinâmico, incapaz de recriar as condições para uma trajetória de expansão de longo prazo, comprometendo o quadro do emprego e impondo um modo de regulação que nem de longe interessa à sociedade em seu conjunto.

No primeiro capítulo (partes I e II), o objetivo é apresentar uma leitura da trajetória capitalista recente, evidenciando seus principais atores, de maneira a questionar mitos a respeito da globalização financeira, segundo os quais ela seria apenas um fenômeno natural, autônomo e inevitável, liderado pelo desenvolvimento tecnológico, de natureza política e ideologicamente neutra. Pelo contrário, o que se evidencia é que a conformação de tal movimento dependeu da consolidação de novas formas de regulação econômica e social. Em seguida, a análise buscará explicitar como a conformação do movimento de financeirização da riqueza transforma a base sobre a qual ocorre o investimento produtivo, alterando, por conseguinte, a própria trajetória do crescimento econômico.

No segundo capítulo, primeiramente nos concentraremos sobre o panorama geral do mercado de trabalho, que se desenha a partir do recrudescimento da ideologia liberal conservadora nos anos 90, com base nos relatórios da Organização Internacional do Trabalho. A leitura da instituição conforma um cenário pouco promissor para o emprego e dá ensejo a uma agenda de trabalho decente. Em um segundo momento, acompanharemos as propostas dessa agenda, para na seqüência tecer considerações acerca de seu alcance e profundidade, à luz dos desenvolvimentos descritos no capítulo anterior.

Capítulo 1: A trajetória capitalista recente: a regulação capitalista na globalização financeira e o funcionamento do capitalismo liderado pelas finanças

Introdução

O momento capitalista que se verifica a partir da década de 70 representa uma verdadeira transformação na economia capitalista do final do século XX, que lança suas raízes também neste início de século XXI. O movimento de financeirização da riqueza constitui um ponto de inflexão no que diz respeito ao regime de acumulação capitalista e ao modo de regulação a ele associado. A globalização financeira, assim, representa uma fase específica do processo de valorização e internacionalização do capital e não apenas um desdobramento natural e lógico do desenvolvimento.

Nesse contexto, o capitalismo liderado pelas finanças contrapõe-se diretamente ao modo de produção fordista-keynesiano do período imediatamente anterior, que nos anos do pós-II Guerra regularam virtuosamente o sistema capitalista e permitiram elevadas taxas de crescimento econômico, bem como extensão de padrões de vida mais elevados.

Na primeira parte deste capítulo, então, são analisadas as formas como são restabelecidas as condições de expansão do capital a partir dos anos 70, fazendo surgir um novo regime de produção, mais flexível e adequado às características do capital financeiro, ao mesmo tempo em que impõe formas de contratação de fatores sob condições de maior precariedade e volatilidade.

Em um segundo momento, o foco do exame passa a ser o funcionamento desse capitalismo liderado pelas finanças e quais as implicações sistêmicas decorrentes. Conforma-se um processo no qual o capital financeiro impõe especificidades sobre o capital industrial e sobre o investimento produtivo, acentuando a tendência cíclica do sistema.

Parte I - A economia mundial após a década de 1970: mudanças na regulação capitalista

O desenvolvimento recente do sistema capitalista demonstra, mais uma vez, sua propensão em buscar novas formas de acumulação e valorização, dessa vez com a supremacia do capital financeiro. É sob essa perspectiva, portanto, que um processo de *financeirização* da riqueza foi progressivamente sendo gestado.

“No último quarto de século, a sua propagação [do capitalismo liderado pelas finanças] ajudou a integração de metade da raça humana a uma economia de mercado privada, financiou uma nova revolução tecnológica e empurrou o processo de globalização com um breve peteleco².”

A consolidação dessa nova fase capitalista liderada pelas finanças a partir da década de 70, cujo funcionamento em última instância está subordinado às necessidades do capital-dinheiro, provocou mudanças significativas nas relações de trabalho em função de transformações nos moldes de acumulação até então vigentes. O propósito do presente capítulo é apresentar uma leitura crítica da trajetória capitalista recente, evidenciando seus principais atores e marcos históricos, de maneira a questionar mitos de que a globalização financeira é apenas um mero desdobramento natural, autônomo e inevitável, liderado pelo desenvolvimento tecnológico, política e ideologicamente neutro. Pelo contrário, o que se evidencia é que a conformação de tal movimento dependeu da consolidação de posicionamentos hegemônicos, combinados com regulação social e difusão ideológica, das quais a noção contida acima pode ser considerada um exemplo. A análise privilegiará as formas pelas quais são restabelecidas as condições de expansão do capital e seus efeitos sobre o trabalho.

³ GUTTMANN, R. *Uma introdução ao capitalismo liderado pelas finanças*. Revista Novos Estudos, n.82, nov. 2008, p. 11.

Seguindo, então, a premissa de que vivemos uma fase específica do processo de valorização e internacionalização do capital a partir de transformações iniciadas no fim da década de 60, admite-se, por conseguinte, uma transição no regime de acumulação bem como no modo de regulação social e política decorrente do novo esquema de reprodução do capital.

“Um regime de acumulação descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados.”³

Quer dizer, a lógica do regime de acumulação – e da qual ao mesmo tempo ele depende para sua própria manutenção – traz consigo um *modo de regulação sócio-política* que garante, ao menos por um determinado espaço temporal, uma coerência mínima necessária entre os comportamentos individuais dos agentes econômicos e o funcionamento do regime de acumulação. O que se pretende argumentar é que o funcionamento de um regime como tal depende não só da valorização do capital propriamente dita, mas também da incorporação de um conjunto de regras e processos sociais que extrapolam as relações meramente econômicas, buscando criar condições para a valorização do capital e garantir a manutenção da unidade do esquema de reprodução.

Uma compreensão cabal do regime de acumulação capitalista, portanto, deve passar pela investigação de como sua trajetória de desenvolvimento foi moldada por fatores que vão muito além da mera análise das transações de mercado e do livre funcionamento de suas forças. Em outras palavras, merece atenção todo o conjunto de intrincadas relações sociais, práticas culturais, arquiteturas políticas e significados psicológicos que possibilitam que tal regime possa se reproduzir em determinado momento histórico; em síntese, é preciso conhecer também o *modo de regulação*

³ HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Edições Loyola: São Paulo, 1992, p. 117.

trazido em seu bojo. Além de esclarecer, uma análise nesse sentido tem o condão de desmistificar algumas afirmações muito usuais utilizadas hoje para tratar da globalização financeira e abordadas na maioria das vezes como meramente circunstanciais. Obviamente, não será possível abordar todo esse conjunto de relações, mas apenas as consideradas mais determinantes.

Desse modo, para sustentar a hipótese de que o movimento de financeirização da riqueza de fato constitui um ponto de inflexão no que diz respeito ao regime de acumulação capitalista e ao modo de regulação a ele associado, é preciso conhecer em que medida ele se distingue do modo de regulação ao qual substituiu, qual seja, o *fordismo*. A análise sob tal perspectiva, em particular a partir da crise do modo de produção fordista e a sua substituição por um *regime de acumulação flexível*, tornará mais evidente a forma como a reprodução da relação capital-trabalho é regulada historicamente e quais são as forças que operam com maior poder nas transformações político-econômicas do capitalismo.

Deve-se ter sempre como pano de fundo da análise a noção de que o trabalho tem um significado muito profundo na vida humana, especialmente no que se refere à identidade pessoal por ele gerada. Trata-se de um valor social cujo peso é inegável; o mercado de trabalho é um espaço vital de organização da vida econômica e social.

No período de acentuado crescimento do fordismo, que se estende de 1945 a 1973, a expansão foi liderada por uma articulação de poder político-econômico (fordista-keynesiano) e pela formação e difusão de uma série de sentimentos sociais e tendências psicológicas que desempenharam um papel fundamental na constituição de uma ideologia dominante (modo de regulação), cujo efeito, em última instância, é plasmar modos de consumo e estilos de vida voltados às necessidades do regime de acumulação.

No pacto social fordista, assim, à medida que o poder corporativo assumia o papel de imprimir dinamismo ao sistema, suas decisões se tornaram *hegemônicas* na definição dos rumos do crescimento do consumo de massa, restando aos demais atores do desenvolvimento capitalista procurar acompanhá-las para manter a demanda em níveis nos quais o crescimento do produto poderia ser absorvido. O poder corporativo se comprometia com vultosos investimentos em capital fixo – visando à obtenção de *economias de escala* – garantindo o crescimento sustentado do investimento produtivo, a realização de lucros para o reinvestimento e a conseqüente promoção do crescimento econômico.

Ao Estado, então, competia controlar os ciclos econômicos por meio da utilização de políticas fiscais e monetárias apropriadas, garantindo condições de demanda suficientemente estáveis para justificar os grandes investimentos em capital fixo realizados pelo setor privado. Os investimentos públicos em infraestrutura, além de ser uma fonte de emprego, forneciam os requisitos para o crescimento da produção e do consumo, e os gastos públicos com seguridade social, educação, habitação e saúde eram centrais para a reprodução social.

Interessava a ambos, assim, independentemente de qualquer preocupação altruísta com as condições de vida e trabalho das pessoas, a preservação do poder de compra do mercado consumidor nacional (trabalhadores e população doméstica), uma vez que o giro da produção em massa dependia desses consumidores. É nesse panorama que o trabalho organizado compunha o pacto social fordista, operando, inclusive, como uma coluna política do sistema. A possibilidade de mobilização dos trabalhadores nos espaços de produção em massa do regime fordista operava como um contrapeso político-social à lógica estritamente econômica da valorização do capital.

No plano geopolítico, o funcionamento do contrato social fordista estava vinculado ao sistema financeiro de Bretton Woods, articulado sob a hegemonia dos Estados Unidos. Durante os “Anos Dourados” de crescimento da economia

capitalista, os EUA se mantiveram como principal credor do mundo capitalista, bem como o grande parque industrial do mundo. A capacidade produtiva excedente das grandes corporações norte-americanas, ou seja, a produção realizada além dos limites da demanda efetiva interna foi absorvida pela formação de mercados de massa globais e pela inserção da população do mundo capitalista na dinâmica do regime fordista, garantindo um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos. Os EUA, assim, forneciam liquidez ao mundo capitalista, assumindo o papel de banco central do mundo, em troca da abertura do mercado de capitais e do acesso ao mercado consumidor para as mercadorias produzidas pelas grandes corporações.

A partir de meados da década de 60, no entanto, é possível perceber que o regime já dava sinais de esgotamento. Dito de outro modo, a própria lógica de acumulação começou a pressionar as bases que lhe haviam dado sustentação para alcançar os níveis de crescimento das décadas anteriores e agora representavam um obstáculo à continuação da expansão capitalista. Tendências desestabilizadoras das hegemonias que garantiram a estabilidade do crescimento do período imediatamente anterior demonstraram a limitada capacidade do fordismo-keynesianismo em conter as contradições inerentes à própria lógica capitalista. A recuperação das economias da Europa Ocidental e do Japão passou a representar um acirramento à concorrência intercapitalista na busca por mercados consumidores e fornecedores de insumos. A implementação de uma industrialização de base fordista em regiões até então desarticuladas da organização industrial – processo de substituição de importações, sobretudo na América Latina, e o movimento das multinacionais, em particular no caso do Sudeste Asiático – também contribuiu para a intensificação da concorrência internacional.

O início da crise do sistema fordista, então, pode ser aqui apreendido como o fim do ambiente relativamente estável que havia para a manutenção do contrato social fordista-keynesiano sob a hegemonia dos EUA. A partir de 1966 iniciou-se um período de queda da produtividade e da lucratividade das grandes corporações

norte-americanas, em um contexto em que os saldos comerciais e de conta corrente dos EUA eram sistematicamente reduzidos. Vale lembrar que a expansão da base fiscal da qual dependiam os EUA para manutenção dos gastos públicos estava atrelada ao dinamismo do capital corporativo. A realização dos gastos com os quais estava comprometido o Estado daquele país, então, só pôde ser alcançada por meio de uma política monetária flexível, o que significava imprimir papel moeda na quantidade que fosse necessária para estabilizar a economia. A partir da década de 70, o déficit comercial dos Estados Unidos passa a ser cada vez mais significativo em relação ao saldo negativo do balanço de pagamentos, gerando um excesso de dólares no mercado e fazendo surgir pressões sobre o dólar supervalorizado. O excesso de liquidez decorrente da utilização de uma política monetária flexível e a formação de um circuito internacional lastreado pela abundância de dólares (expansão de um circuito *offshore* de eurodólares) colocaram em posição vulnerável a hegemonia do dólar como moeda reserva internacional. Em 1971, então, os EUA declaram *unilateralmente* a inconvertibilidade do dólar em ouro e em 1973 iniciam a desvalorização da moeda, o que marca a derrocada do sistema de Bretton Woods e o colapso do pacto social fordista-keynesiano, iniciando um período de retomada da hegemonia dos Estados Unidos.

A crise colocou em evidência as tendências de sobreacumulação, isto é, a excessiva capacidade com a qual operava o mundo capitalista. O chamado *regime de acumulação flexível* que se conforma a partir de então corresponde a um conjunto de novas formas de organização industrial e de ajuste social e político. Trata-se de um novo paradigma no que diz respeito à acumulação, bem como à sua regulação, o que representa uma verdadeira transformação na economia política do capitalismo.

As novas formas de regulação do sistema que emergem no período representam, então, uma reação dos atores hegemônicos no sentido de restabelecer posições privilegiadas. No tocante ao novo pacto social, a quebra do compromisso fordista corresponde a uma desarticulação da relação que havia entre o capital,

Estado e trabalho organizado em favor de uma maior concentração de poder nas mãos do primeiro.

Assim, em um ambiente de intensificação da concorrência e aumento da instabilidade sistêmica, as empresas reagiram por meio de mudanças de ordem organizacional e tecnológica, iniciando um período de:

- a) racionalização e reestruturação produtiva;
- b) aprofundamento do controle sobre o trabalho;
- c) avanço da automação;
- d) fusões e aquisições e outras iniciativas capazes de acelerar o tempo de giro do capital.

Nas situações em que a padronização da produção em massa fordista foi confrontada por novas técnicas e novas formas organizacionais, a busca por *economias de escala* teve de ser substituída pela perseguição de *economias de escopo*, privilegiando a produção de bens diversificados, em menores quantidades. A reorganização produtiva levou ao surgimento de formas industriais especializadas totalmente novas, como o sistema de gerenciamento de estoques *just-in-time*, e promoveu uma aceleração no ritmo da inovação, o que deu impulso a um rápido processo de desenvolvimento e incorporação de informatização, automação e robotização. Essa racionalização produtiva baseada em sistemas de produção flexível, ao incorporar novas tecnologias produtivas e de gerenciamento dos estoques de produtos e insumos, permitiu, então, a exploração de nichos de pequena escala em mercados de perfil específico.

A aceleração do tempo de giro do capital na produção em razão da emergência de sistemas de produção flexível, no entanto, necessitava, obrigatoriamente, de uma aceleração no tempo de giro do consumo que a acompanhasse. Vale dizer, era preciso promover um re-estreitamento das relações de produção e mercantis, de maneira que houvesse uma rearticulação do consumo

aos novos processos de produção. Do lado do consumo, então, o regime de acumulação flexível promoveu uma redução da vida útil dos produtos em comparação com a era fordista, lançando mão de estratégias de obsolescência programada, de priorização de mudanças meramente estéticas, de marketing e publicidade, de que a última novidade é necessariamente melhor, de popularização do carro do ano ou de qualquer outro artifício de criação de necessidades e mecanismos de indução de desejos “indispensáveis”. A “obrigatoriedade” de possuir alguns bens materiais advém, em muitos casos, da vinculação das idéias de status, poder e prazer ao bem-estar material, à posse e à detenção de riqueza. A transformação na economia política do capitalismo, assim, deu ensejo a modas fugazes, desejos efêmeros e qualidades superficiais; à exacerbação de vaidades e narcisismos, à “sociedade do espetáculo” e à mercadificação de formas culturais e outras manifestações sociais.

Todas essas mudanças estão na raiz da complexidade de examinar as relações de emprego e desemprego, uma vez que ocasionam profundas transformações na própria estrutura ocupacional da sociedade. O deslocamento da força de trabalho da manufatura que a racionalização da produção propicia [*desemprego estrutural, em oposição à friccional*] e a menor permeabilidade do setor de serviços à obtenção de ganhos de produtividade via racionalização do fornecimento; o crescimento das oportunidades de subcontratação e a necessidade de promover mudanças nos padrões de consumo em razão da redução do tempo de giro de produção e da exploração de nichos específicos de mercado, parecem ser pertinentes para explicar o significativo ganho de importância do emprego no setor de serviços.

Em linhas gerais, no entanto, o fator comum em relação ao mercado de trabalho é que à preferência pela competitividade corresponde uma perda de proteção social e mudanças nas formas de contratação, com tendências de aumento dos empregos temporários, terceirizados e subcontratados. Essas formas de emprego mais flexíveis servem como um colchão protetor do capital aos custos das

oscilações de mercado, uma vez que facilitam demissões e contratações a título precário, transferindo-se parte dos riscos do investimento para o trabalho. Note-se que a capacidade de transferir riscos intrínsecos à atividade capitalista para os trabalhadores através de modificações nas relações de trabalho não é trivial por envolver a negação de conquistas trabalhistas anteriores e a reconfiguração de um conjunto de normas e leis. A contrapartida do aumento do poder do capital, portanto, é a redefinição da atuação do Estado e o progressivo retrocesso do poder sindical, importante elemento político sob o fordismo.

É nesse contexto que se fortalece outro alicerce do regime de acumulação flexível: a necessidade de *desregulamentar os mercados*. A *flexibilidade* que dá nome ao regime pode ser apreendida em seu sentido mais amplo: trata-se de dar flexibilidade à acumulação e à valorização do capital. Na busca por novos espaços, o capital passou a orientar sua estratégia para o aproveitamento de oportunidades de valorização financeira, ao lado das expectativas de valorização na esfera produtiva. A desregulamentação significou na realidade concentração do poder de mercado, monopolização e apropriação de ativos de outras corporações via fusões, aquisições e privatizações, processos capitaneados pelo *capital financeiro*. A postura dos setores sociais hegemônicos, então, orientou-se no sentido de criar um modo de regulação que fosse favorável à acumulação na esfera das altas finanças.

“Já a crise de sobreacumulação da década de 1970 é enfrentada com mudanças nas engrenagens capitalistas, que deslocam o poder das atividades produtivas para as instituições financeiras e estabelecem um sistema monetário desmaterializado e uma hegemonia por meio das finanças. É no âmbito destas mudanças - que atingem em cheio o trabalho, o espaço e o território - que a expansão geográfica e a reorganização espacial constituem-se em alternativas para a superação da crise de sobreacumulação, por viabilizar novas oportunidades lucrativas para o capital. Para tanto, há que suprimir barreiras espaciais e acelerar as taxas de giro do capital, tarefas que contam, há muito tempo com a atuação expressiva do Estado.”⁴

⁴ ALMEIDA, M. C. C. Harvey, David. *O novo imperialismo*. POLITEIA: História e Sociedade, Vitória da Conquista, 2006, v. 6, n. 1, p. 254.

Não foi por mero acaso, portanto, que a ascensão do neoconservadorismo - representado pelas vitórias eleitorais de Thatcher (1979) e Reagan (1980) - tenha ocorrido no mesmo contexto em que o capital financeiro consolidou sua hegemonia. Tais vitórias fazem parte da consolidação do movimento de *financeirização da riqueza* que se iniciou nos anos 70. No âmbito da re-regulação das condições de expansão do sistema capitalista, operou-se uma reorganização do sistema financeiro global, materializada pela desregulamentação dos mercados e por uma série de inovações financeiras, que seguem à retomada da hegemonia americana nos anos 80.

“[...] os desdobramentos da política econômica interna e externa dos Estados Unidos, depois de 1979, foram no sentido de retomar o controle financeiro internacional através da chamada diplomacia do dólar forte. Esta, apesar de mergulhar o mundo numa recessão generalizada, deu aos Estados Unidos a capacidade de retomar a iniciativa e, por isso, os destinos da economia mundial encontram-se hoje, mais do que nunca, na dependência das ações da potência hegemônica... Esse poder deve-se menos à pressão transnacional de seus bancos e corporações em espaços locais de operação, do que uma visão estratégica da elite financeira e militar americana que se reforçou com a vitória de Reagan.”⁵

Assim, as origens do processo de globalização financeira remetem a uma combinação de interesses de classes, que ganham capacidade de defender seus próprios interesses à medida que o processo avança, e um conjunto de medidas deliberadas por parte das autoridades políticas e econômicas, em defesa de interesses nacionais próprios e uma posição privilegiada no sistema financeiro internacional, em particular no que se refere ao governo norte-americano e à manutenção da hegemonia dos EUA.

A configuração desse cenário, então, só foi possível porque a re-regulação das condições essenciais da continuidade de expansão capitalista operou-se por

⁵ TAVARES, M. C. (1985) *A retomada da hegemonia norte-americana*. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *Poder e Dinheiro*. Editora Vozes: Petrópolis, 1997.

meio de mudanças qualitativas nas relações entre capital, trabalho e Estado. Dito de outro modo, não se pode atribuir o movimento de financeirização da economia exclusivamente ao movimento do próprio capital, desconsiderando o peso e a influência de aspectos políticos e geopolíticos presentes no período em questão e desvinculando a análise do capitalismo liderado pelas finanças de uma constante interação entre as esferas política e econômica. Sobre a importância dessas relações em detrimento ao peso do desenvolvimento tecnológico, é categórica a manifestação de Tavares e Belluzzo.

"A grande empresa americana constrói seu poder monopolista sobre o caráter intrinsecamente financeiro da associação capitalista que lhe deu origem. É desta dimensão, mais do que da base técnica, que deriva a capacidade de crescimento e do gigantismo da organização capitalista "trustificada". Conquista de novos mercados, controle monopolista de fontes de matérias-primas, valorização "fictícia" do capital, tendência irrefreável à conglomeração, tudo isso está inscrito na matriz originária da grande corporação americana. E esta se desenvolve apoiada em dois pilares: a finança e o protecionismo e privilégios concedidos por seu estado "liberal". [...] Em outras palavras, a internacionalização do capital se dá a partir da estrutura da grande empresa, aqui já referida, e condensa todos os mecanismos anteriores de expansão: mercantis, industriais e financeiros. Condensa também, em suas "políticas externas", as práticas dos Estados imperiais anteriores, desde a face liberal do comércio exterior, até a face protecionista interna e francamente intervencionista na defesa estratégica das reservas de matérias-primas. Por isso tudo, implica, também, na imposição de um padrão monetário hegemônico. Daí nos parecer equivocada a hipótese manejada do debate contemporâneo, de que a preeminência internacional da grande empresa americana seja atribuível primordialmente às dimensões produtiva e tecnológica. A tão propalada difusão dos padrões americanos de consumo ou a generalização de sua "matriz" tecnológica, são ambas sombras que acompanham a hegemonia do grande capital americano. Este culminou impondo, em simultâneo, a vitória mundial de seu "sistema manufatureiro" e de seu "sistema financeiro". Este último cumpre a dupla tarefa de unificar a estrutura global do capital e, ao mesmo tempo, de permitir

sua diferenciação, através da especialização e da diferenciação das instituições financeiras.⁶

É no seio de uma configuração específica de poder na ordem global, portanto, que a progressiva financeirização da riqueza significou o abandono dos ideais de bem estar social e pleno emprego, o ataque às formas de organização trabalhista e a preconização de um receituário de austeridade fiscal, no qual o objetivo último é a estabilidade macroeconômica, de modo a manter um clima favorável à atração de capitais. Em termos geopolíticos, a situação que se conforma é bem descrita por François Chesnais:

“Os países em desenvolvimento já não são mais, como na época “clássica” do imperialismo, países subordinados, reservatórios de matérias-primas ou de mão-de-obra barata e vítimas dos efeitos combinados da dominação política e da troca desigual. Eles já não oferecem *praticamente nenhum interesse*, nem do ponto de vista econômico e nem do ponto de vista estratégico (fim da Guerra Fria) para os países ou para as firmas localizadas no seio do oligopólio. São meramente pesos mortos. Não são mais países que “um dia alcançarão o desenvolvimento”, e sim zonas de “pobreza” (essa palavra invadiu o linguajar do Banco Mundial) cujos emigrantes ameaçam os “países democráticos”.⁷”

A trajetória recente do sistema, em particular a forma como o capital procura restabelecer as condições de sua expansão a partir da crise do fordismo, permite contestar a espontaneidade do processo de globalização financeira e apreender que não se trata de um mero desdobramento natural, comandado pelo livre jogo das forças de mercado e por uma revolução tecnológica, como leva a crer o discurso dominante. A globalização financeira é assimétrica desde a sua origem, abrindo espaço para acumulação na esfera das finanças em oposição à busca pelo bem-estar coletivo e pleno emprego, privilegiando competição em detrimento de proteção

⁶ TAVARES, M. C. & BELLUZZO, L. G. M. *O capital financeiro e a empresa multinacional*. Temas de Ciências Humanas, n. 9. Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo, 1980, p. 118.

⁷ CHESNAIS, F. *A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século*. Economia e Sociedade, Campinas, n.5, 1995, p. 16.

social. Constrói-se um padrão de organização econômica e social distante dos valores de justiça e solidariedade social.

A fragilidade e a vulnerabilidade das economias periféricas no final dos anos 80 (descontrole inflacionário, fuga de capitais, forte estrangulamento externo e crises financeiras), que tornara tais países mais permeáveis à doutrina liberal do Consenso de Washington no início dos anos 90, não pode ser desvinculada do ambiente criado a partir do colapso do sistema de Bretton Woods e da retomada da hegemonia norte-americana. A prosperidade do projeto de consolidação e sustentação do projeto liberal que ganha força nos anos 90 se encaixa em um ambiente histórico mais amplo, podendo ser abordado como um desdobramento do jogo de forças do capitalismo da década de 70 e a posterior re-consolidação da hegemonia norte-americana. A forma fundamentalista como foram levadas a cabo, em particular a partir do reformismo liberal-conservador da década de 90, expressa os vieses da conformação do capitalismo financeiro e demonstra que o avanço de tal ideologia assentou-se no poder financeiro e no seu modo de regulação.

Parte II: A lógica excludente do capitalismo liderado pelas finanças

As novas formas de regulação das condições de expansão do sistema capitalista a partir da década de 70, da maneira como as conduziram os atores hegemônicos, conformaram um capitalismo liderado pelas finanças. Essas novas formas financeiras de regulação, no entanto, são ineficientes em recompor as condições gerais de valorização. Na presente seção, a análise do funcionamento desse capitalismo financeiro buscará explicitar porque a conformação do movimento de financeirização da riqueza corresponde a um período de baixo dinamismo no que se refere ao estabelecimento de uma fase de desenvolvimento econômico sustentado, bem como de acentuação da tendência cíclica do sistema. O argumento é que a incapacidade de manter taxas equilibradas de crescimento está estreitamente associada a tais mudanças no regime de acumulação global da riqueza.

Para formalizar uma definição do capitalismo atual, aproveitando os ensinamentos de François Chesnais, trata-se:

“... de um novo regime mundial de acumulação, cujo funcionamento depende das prioridades do capital privado altamente concentrado – do capital aplicado na produção de bens e serviços, mas também, de forma crescente, do capital financeiro globalizado, mantendo-se sob a forma de dinheiro e obtendo rendimento como tal.”⁸

A definição reproduzida acima nos permite extrair elementos extremamente relevantes acerca do funcionamento do capitalismo liderado pelas finanças. Em primeiro lugar, evidencia a marca eminentemente privada do movimento de financeirização da riqueza. Indica, outrossim, o caráter predominantemente rentista e parasitário de tal regime. A fase de internacionalização e valorização do capital subordinada às necessidades do capital-dinheiro faz surgir um capitalismo voltado para a acumulação meramente financeira, alimentando um circuito D-D', que

⁸ CHESNAIS, F. *A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século*. Economia e Sociedade, Campinas, n.5, 1995, p. 1.

contraria a necessária orientação para o crescimento real, essencial para a saúde de um regime econômico capitalista.

A partir dos anos 80, cresce em ritmo acelerado a participação dos ativos financeiros na conformação da riqueza privada, inclusive com a participação crescente das famílias abastadas por meio dos chamados investidores institucionais. O surgimento dos diferentes tipos de fundos (emergência de fundos mútuos de investimento, fundos de pensão e fundos de seguro), cuja estratégia era obter ganhos de escala por meio da reunião de investidores menores, viabilizou a inclusão das famílias no mercado financeiro como ofertantes de fundos e detentoras de papéis. A gestão do patrimônio das famílias, então, passou a incluir o acompanhamento da variação no preço dos ativos, à medida que parcela cada vez maior de sua riqueza adquiria a forma financeira.

No plano das empresas, observa-se que a globalização não se manifesta no plano das *trocas*, mas sim pela globalização das operações do *capital*, na forma industrial, mas sobretudo na forma financeira. O que se verifica no período é um lento crescimento do intercâmbio internacional de bens e serviços, sendo que grande parte desse comércio mundial pertence à categoria *intragrupo* (ou seja, empresas transnacionais realizando trocas entre matrizes, filiais e empresas subcontratadas), ao passo que cresceram os investimentos diretos e os referentes aos rendimentos do capital, bem como os investimentos de portfólio nos mercados financeiros globais. A internacionalização do capital ocorre predominantemente via investimento financeiro em oposição à mundialização das trocas, o que molda as estruturas da produção e do intercâmbio internacional. Constata-se, assim, uma crescente importância da participação dos ativos financeiros como forma de ampliação da riqueza e não como meio de financiamento da atividade propriamente dita.

Vale lembrar, no entanto, que o discurso que relegou ao Estado o papel de realizador das condições necessárias para a continuidade do processo de expansão capitalista, desviando o foco do debate da geração de demanda efetiva e da busca

pelo pleno emprego, privilegiando, por outro lado, a busca por equilíbrio macroeconômico e competitividade, assentou-se na prerrogativa de que as forças do mercado promoveriam o contato de agentes competindo em igualdade de condições e, no limite, libertariam o consumidor para escolher entre uma diversidade de produtos aos mais baixos preços. Ao contrário das supostas virtudes da globalização da concorrência sobre o intercâmbio de bens e serviços e fluxos internacionais de capital de curto prazo, acentuou-se, no entanto, a mobilidade do capital de se movimentar livremente e se sobrepor a desígnios coletivos.

À minimização do papel a ser desempenhado pelos Estados nacionais, então, corresponde um movimento inverso de maximização da importância e da influência dos ativos financeiros na economia. A esperança de Keynes de que a incompatibilidade entre a manutenção do pleno emprego e os interesses de rentabilidade meramente parasitária *"significaria a eutanásia do rentista e conseqüentemente a eutanásia do poder opressor cumulativo do capitalista em explorar o valor de escassez do capital"*⁹ não se provou verdadeira. Pelo contrário, o poder do capital-dinheiro é sustentado a qualquer custo pelas instituições financeiras internacionais e pelos Estados centrais do desenvolvimento capitalista.

Nessa perspectiva, alteram-se as condições em que ocorre a combinação entre investimento produtivo e capitalização financeira, fazendo com que a superação do baixo dinamismo econômico do período dependa de choques externos à economia. A exacerbação da lógica financeira ocorre em detrimento à acumulação sob a forma de investimentos geradores de nova capacidade: os mecanismos *endógenos* do sistema capitalista atual desestimulam a reversão do capital em direção ao investimento produtivo, o que altera profundamente a trajetória de crescimento econômico, assim como os modos de distribuição da renda entre capital e trabalho. Dessa forma, embora grande parte do capital fictício envolvido nesse processo de dominação financeira tenha apenas uma relação distante com qualquer

⁹ KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Editora Atlas, 1992, p. 376.

atividade econômica real de criação de valor, a economia como um todo está subordinada às suas peculiaridades e seus impactos têm reflexos sobre diversos e profundos aspectos da sociedade contemporânea.

Dessa supremacia do capital financeiro na regulação econômica deriva, então, a emergência de uma lógica de maximização do valor aos acionistas. Esta passa a ser um dos traços mais marcantes do movimento de financeirização da riqueza, passando mesmo a figurar como um objetivo corporativo dominante. Robert Guttman revela com clareza de que maneira essa lógica altera a trajetória de crescimento da economia, em particular no tocante à combinação entre liquidez e imobilização de capital.

“O rápido crescimento dos assim chamados *investidores institucionais* no último quarto de século transformou-os nos acionistas principais de grandes empresas em todo o mundo. Eles normalmente utilizam o direito de propriedade para impor uma lógica financeira arraigada em rendimentos trimestrais por ação como indicador de desempenho, uma lógica que permeia as diretorias e normas de governança corporativas. Sujeitados desta maneira à pressão intensa do mercado, os gerentes priorizam os resultados de curto prazo em vez de atividades de longo prazo, que seriam muito mais produtivas para o crescimento, como pesquisa e desenvolvimento, renovação de fábricas e equipamentos, capacitação técnica da força de trabalho e cultivo de relações duradouras com os fornecedores.”¹⁰

As conseqüências de tal dinâmica, no entanto, são extremamente negativas, em particular no que se refere à distribuição da renda entre capital e trabalho. A necessidade de responder às expectativas de ganhos dos acionistas provoca uma ruptura na relação entre níveis de lucratividade e de reinvestimento. Isto porque o pagamento de rendimentos financeiros passa a abocanhar parcela cada vez mais significativa dos lucros, diminuindo gradualmente a parcela destinada a novas inversões. A lógica é a seguinte: a pressão por maiores dividendos sem o aumento

¹⁰ GUTTMANN, R. Op. Cit., p. 13.

da capacidade produtiva transfere a pressão para a redução dos custos, em especial no tocante ao pagamento de salários. Implica, portanto, a transferência da renda dos assalariados em favor dos detentores de ativos financeiros, o que significa um patente aumento da desigualdade distributiva.

Nesse panorama, manifesta-se então uma preferência pela manutenção de posições adquiridas, que pode ser encarada como uma extensão da lógica de maximização dos rendimentos aos acionistas. Diante da ineficiência dos mecanismos endógenos em estimular inversões produtivas, uma vez que estas pressupõem um adiantamento dos gastos e um adiamento dos lucros que não condiz com a lógica dos detentores de ativos, a expansão da acumulação capitalista ocorre sobretudo por meio fusões e aquisições, que permitem a transferência do controle corporativo de capacidade produtiva já instalada, por meio apenas da compra de ações.

Em síntese, a crescente importância que adquirem os ativos financeiros para todos os agentes econômicos condiciona a determinação dos gastos na economia a uma nova racionalidade, atrelando-a ao mercado, sem amarras impostas pelo Estado, o que privilegia posições financeiras rentistas. As decisões de investimento, consumo e poupança das empresas, bancos e famílias detentoras de ativos passam a estar estreitamente relacionadas às expectativas de acumulação financeira. O preço das ações torna-se variável chave para tomada de decisões e a taxa de juros “critério geral de avaliação da riqueza – na medida em que exprime as expectativas de variação dos preços e, portanto, a ‘liquidez’ dos distintos ativos financeiros.”¹¹ Em outras palavras, as decisões de gasto tornam-se incrivelmente sensíveis às flutuações nos preços dos ativos.

Ocorre, no entanto, que no ciclo expansivo do capitalismo liderado pelas finanças o volume da riqueza financeira cresce em nível muito superior ao

¹¹ COUTINHO, L., BELLUZZO, L.G.M. “Financeirização” da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. Disponível em http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/biblioteca/48_luciano_coutinho.html. Acesso em 01 de junho de 2009.

crescimento do PIB mundial. Dito de outro modo, o preço dos ativos financeiros cresce de forma mais acelerada que os rendimentos esperados da acumulação de ativos fixos, o que indica que tal expansão ocorre com a inflação desses ativos financeiros, uma vez que em última instância eles representam o direito de propriedade sobre o capital empregado na criação de valores de uso ou sobre os rendimentos futuros dele provenientes. A criação de novos instrumentos financeiros, como os derivativos de crédito e o processo de securitização, impulsiona a espiral inflacionária dos ativos ao facilitar o acesso à liquidez instantânea, fazendo com que a riqueza financeira diferida no tempo possa se tornar concreta de imediato. Ao combinar diversas operações tendo por base e origem um mesmo fato gerador, torna-se possível multiplicar por várias vezes a riqueza fictícia, sem as restrições físicas relacionadas ao capital industrial.

Desse modo, o movimento de financeirização da riqueza provoca um processo de desintermediação bancária, modificando o papel dos bancos comerciais e aumentando a importância das atividades não bancárias no que se refere ao financiamento da economia. Valendo-se das inovações financeiras para aumentar a sua capacidade de alavancagem e fugir da regulamentação, os bancos passam a financiar as operações de *underwriting* e a distribuir títulos e valores mobiliários, havendo, assim, maior interação entre as áreas comercial e de investimento, bem como entre os mercados de crédito e os mercados de capitais.

O capitalismo liderado pelas finanças, então, ao legitimar os ganhos de capital como o escopo preponderante da negociação de ativos em papel, inclusive com a injeção de liquidez por parte dos bancos para financiar e fomentar tais negociações, transforma os movimentos especulativos em atividade econômica central.

No bojo de uma nova macroestrutura financeira, assim, a economia como um todo passa a se submeter de maneira crescente a uma série de tendências desestabilizadoras e recorrentes, tornando-se cada vez mais vulnerável a crises sistêmicas. Em fases de expansão, os mecanismos creditícios incentivam a

alavancagem excessiva, a subestimação dos riscos e a conseqüente formação de bolhas de ativos inflacionados. No auge no ciclo, porém, alguns agentes passam a duvidar da capacidade de manutenção do nível de preços desses ativos e passam a especular apostando em posições baixistas. Uma reversão quanto às expectativas dos preços dos ativos marca o ponto de inflexão do ciclo, ocasionando a propagação via efeito contágio, deflação de ativos e, por conseguinte, a retração via pânico. O aumento da incerteza se reflete em uma elevação da taxa de juros, o que, mais uma vez, aumenta o custo do capital e desestimula o investimento produtivo e a busca por lucros na produção. Segue-se, portanto, o padrão de instabilidade financeira do ciclo minskyano, porém cada vez mais exacerbado à medida que avança o deslocamento em direção às finanças, à desintermediação bancária e às inovações financeiras. Vale dizer, o capitalismo liderado pelas finanças incentiva a inflação de ativos, fazendo com que o grau de alavancagem da economia cresça sem que cresçam em grau minimamente paralelo as atividades reais de criação de valor, levando a uma intensificação da incerteza e a instabilidades financeiras generalizadas. Aumenta-se o grau de endividamento da economia e a fragilidade do sistema, sem que se estabeleça uma base sólida de geração de resultados que permita honrar os compromissos e evitar quebras pronunciadas.

Além disso, na reversão do ciclo econômico fica evidente a privatização dos ganhos e a socialização das perdas que permeia a situação de riqueza financeirizada. Durante o ciclo expansivo, cabe ao Estado garantir a criação de condições atrativas para os investidores, provendo o capital de liberdade máxima para acumulação privada. Havendo a reversão do ciclo, porém, as autoridades monetárias são obrigadas a prover abundante liquidez aos mercados em crise de modo a amenizar o efeito contágio e a deflação de ativos, procurando evitar fuga de capitais e desvalorizações cambiais bruscas, o que tem o efeito adverso de aumentar o risco moral da avaliação dos especuladores quanto ao risco e a sensação de que o setor público sempre funcionará como um amortecedor de choques.

Trata-se, assim, do último grau de fetichização das relações de propriedade capitalista. A alçada do capital financeiro à força relativamente autônoma nos ciclos de diferenciação do capital coloca o *mercado* como balizador das políticas econômicas nacionais, ocasionando uma dispersão do poder econômico em relações impessoais. A crença no discurso dominante de eficiência do mercado mascara o grau de concentração e de poder dos agentes protagonistas do capitalismo, obscurece o próprio papel desempenhado por alguns Estados na gênese da tirania dos mercados e dissimula os mecanismos por meio dos quais a esfera financeira se beneficia de transferências concretas de renda.

A abertura das fronteiras e do mercado de capitais e a desregulamentação dos sistemas monetário e bancário nacionais, constituiu um mercado global, que apesar de dominar os sistemas nacionais (à exceção dos EUA, seu coração e principal beneficiário), permite que o capital-dinheiro possa promover sua valorização sem deixar de ter liquidez elevada. A globalização, em sua essência, é financeira, o que significa que a concorrência ocorre meramente por maior rentabilidade e oportunidades de valorização, pautada por formas e critérios majoritariamente financeiros, não importando as consequências de tal competitividade sobre a acumulação e o nível de emprego. Nesse sentido, a única imposição do mercado é a valorização do capital, sem se importar ou mesmo passando por cima dos supostos benefícios da globalização.

Além disso, a tão aclamada eficiência de mercado é freqüentemente contestada pelas recorrentes crises sistêmicas, cujas origens remetem à assimetria de informações entre *players* do sistema e à capacidade de grandes especuladores de influenciar nos resultados, ensejando artificialmente movimentos de inflação de ativos em mercados estratégicos.

“Os mercados financeiros têm revelado uma forte tendência para mudanças súbitas de opinião, polarização das expectativas e profecias auto-realizáveis. No *Treatise on Money*, Keynes sublinhou a importância da “divisão de opiniões”, entre baixistas e altistas, para a manutenção da

estabilidade em que é avaliada a riqueza capitalista. No entanto, estes mercados estão sujeitos à “assimetria” de poder e de informação entre os agentes “formadores de opinião” e aqueles que não têm outra alternativa senão seguir a tendência dominante. Estão criadas, assim, as condições para a irrupção de processos miméticos, que inclinam as expectativas numa determinada direção, dando origem a “bolhas especulativas”, invariavelmente sucedidas por colapso de preços, contágio de outros ativos e moedas e intensa “aversão ao risco”¹².

De outro modo, nas palavras dos mesmos autores:

“É ingenuidade supor que este mercado atenda aos requisitos de eficiência, no sentido de que não possam existir estratégias “ganhadoras” acima da média, derivadas das assimetrias de informação e de poder. Os protagonistas relevantes nestes mercados são, na verdade, os grandes bancos, os fundos mútuos e a tesouraria de grandes empresas que decidiram ampliar a participação da riqueza financeira em seu portfólio. Em condições de incerteza radical, estes agentes são obrigados a formular estratégias com base em uma avaliação “convencionada” sobre o comportamento dos preços. Dotados de grande poder financeiro e de influência sobre a “opinião dos mercados”, eles são na verdade formadores de convenções, no sentido de que podem manter, exacerbar ou inverter tendências. Suas estratégias são mimetizadas pelos investidores com menor poder e informação, ensejando a formação de bolhas altistas e de colapsos de preços.”¹³

Em conclusão, a fase de internacionalização e valorização do capital subordinada às necessidades do capital-dinheiro modifica trajetória do crescimento econômico, acentuando a tendência cíclica do sistema ao fazer surgir uma nova macroestrutura financeira de âmbito transnacional. O que se verifica é a progressiva incapacidade dos mecanismos econômicos endógenos do sistema em promover ciclos regulares de investimentos produtivos, dando ensejo a uma fase depressiva de

¹² COUTINHO, L., BELLUZZO, L.G.M. Op. Cit.

¹³ COUTINHO, L., BELLUZZO, L.G.M. *Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas*. Economia e Sociedade, Campinas, n.7, dez. 1996, p. 131.

longa duração. Por outro lado, a exacerbação dos determinantes financeiros para a lógica econômica como um todo acentua a natureza instável do capitalismo e a cada vez em que as condições de expansão capitalista têm de ser re-reguladas, as perdas são compartilhadas pela sociedade como um todo. Ao contrário das promessas de benefícios da globalização, justificadas por uma espécie de fundamentalismo de mercado que mascara o grau de concentração de poder dos principais agentes do sistema, a globalização é essencialmente voltada à valorização financeira, restando em segundo plano a busca por crescimento real e pleno emprego.

Capítulo 2: A particularidade da OIT: as tendências do emprego no cenário internacional e a agenda de trabalho decente

Introdução

Durante o longo período desenvolvimentista da era fordista-keynesiana, a aceleração do crescimento econômico permitia a inclusão social por meio do dinamismo do mercado de trabalho, o que, inclusive, possibilitava certa mobilidade social ascendente.

No bojo do movimento de financeirização da riqueza e do novo modo de regulação sócio-política a ele associado, no entanto, as forças progressistas perderam sustentação política e a partir do início da década de 90 o receituário liberal do Consenso de Washington tornou-se “verdade” em termos dos caminhos para o desenvolvimento. Vale dizer, a consolidação da hegemonia dos EUA e dos setores financeiros rentistas, que está na gênese do capitalismo liderado pelas finanças, deu ensejo a um receituário de reformas nos anos 90, apoiando-se em um modo de regulação do sistema favorável à acumulação na esfera das finanças e na difusão ideológica de que tal conjunto de medidas promoveria um novo ciclo de crescimento global.

Ao contrário do pugnado pelos defensores do não intervencionismo estatal, da desregulamentação dos fluxos de capitais e da liberalização do câmbio, contudo, a globalização financeira não assegurou o crescimento e tampouco a estabilização. No lugar das supostas virtudes da globalização da concorrência sobre o intercâmbio de bens e serviços e fluxos internacionais de capital de curto prazo, acentuou-se a mobilidade do capital de se movimentar livremente e se sobrepor a desígnios coletivos. O fundamentalismo de mercado não se provou libertário como preconizavam os seus defensores.

Em linhas gerais, a compatibilização das políticas sociais com os imperativos econômicos favoreceu a maximização dos lucros privados e a atividade capitalista financeira dos *rentiers*, em detrimento da demanda por empregos e proteção social

dos trabalhadores. A inserção dos países no processo de financeirização da riqueza corresponde a um período negativo no que se refere à inclusão social pelo mercado de trabalho, evidenciando a verdadeira tragédia social implícita nas políticas ditas modernizantes do receituário neoliberal.

No presente capítulo, analisaremos o cenário do emprego que se desenha a partir dos anos 90, segundo os relatórios da Organização Internacional do Trabalho (Parte I). A leitura da instituição conforma um cenário pouco promissor para o emprego e dá ensejo a uma agenda de trabalho decente. Em seguida, então, nos concentraremos sobre as diretrizes propostas nos relatórios da OIT diante desse panorama negativo do mercado de trabalho (Parte II). A natureza de suas reflexões contesta em certa medida a ditadura dos mercados financeiros internacionalizados e preconiza alternativas nas quais se retoma a questão do sentido do trabalho e de padrão de organização econômica em maior grau de compatibilidade com o bem-estar coletivo.

Parte I – As tendências do emprego no cenário internacional

A defesa de interesses particulares que marcam a retomada da hegemonia dos protagonistas do desenvolvimento internacional a partir dos anos 70, cuja consolidação é ainda mais acentuada a partir dos anos 90, e a falta de dinamismo do capitalismo liderado pelas finanças que se conforma a partir de então impactam negativamente o mercado de trabalho. A leitura da Organização Internacional do Trabalho no que se refere às tendências do emprego internacional do período revela indicadores e reflexões importantes acerca de tais impactos.

A evolução do panorama do emprego a partir dos anos 90 – período de recrudescimento do liberal-conservadorismo como ideologia reguladora do capitalismo financeiro – não representa propriamente uma melhora significativa na situação do emprego global, com base nos relatórios da OIT. Pelo contrário, é possível afirmar que a sua trajetória é marcada pela contração do espaço do mercado de trabalho como uma via de incorporação social, tanto quantitativamente como qualitativamente, demonstrando, inclusive, que a tendência cíclica acentuada do sistema prejudica mais os trabalhadores e compromete os avanços obtidos nos breves momentos de crescimento. A privatização dos ganhos do período de globalização financeira ocasiona não apenas aumento na desigualdade de renda, como conta ainda com a socialização das perdas nos momentos de crise.

Em um primeiro momento, para efeito de uma primeira aproximação acerca do cenário geral do emprego observado pela OIT, nos concentraremos sobre alguns dados sobre a situação do mercado de trabalho global. A primeira constatação presente nos relatórios da Organização Internacional do Trabalho demonstra que o período é marcado por uma tendência crescente do número de desempregados, à exceção de alguns momentos pontuais de redução (de 2005 a 2007), conforme é possível apreender da tabela seguinte.

Tabela 1 – Desemprego no mundo, 1993, 1996, 1998, 1999, 2000 – 2009, milhões de pessoas

Ano	1993*	1996**	1998*	1999***	2000*	2001*	2002*	2003*
Total	140.5	161.4	170.4	175.2	174.0	176.9	185.4	185.9
Masculino	82.3	94.7	98.5	102.0	100.6	102.7	107.5	108.1
Feminino	58.2	66.7	71.9	73.2	73.4	74.3	77.9	77.8

						2009***		
Ano	2004***	2005***	2006***	2007***	2008***	IC Mín.	Estimativa Preliminar	IC Máx.
Total	191.0	191.1	184.8	177.7	184.9	201.9	211.5	221.2
Masculino	110.6	110.2	106.5	102.8	107.1	116.1	122.0	127.6
Feminino	80.4	80.9	78.4	74.9	77.8	85.8	89.5	93.6

2009 = estimativas preliminares; IC = intervalo de confiança.

* Fonte: ILO, Global Employment Trends Model, 2003.

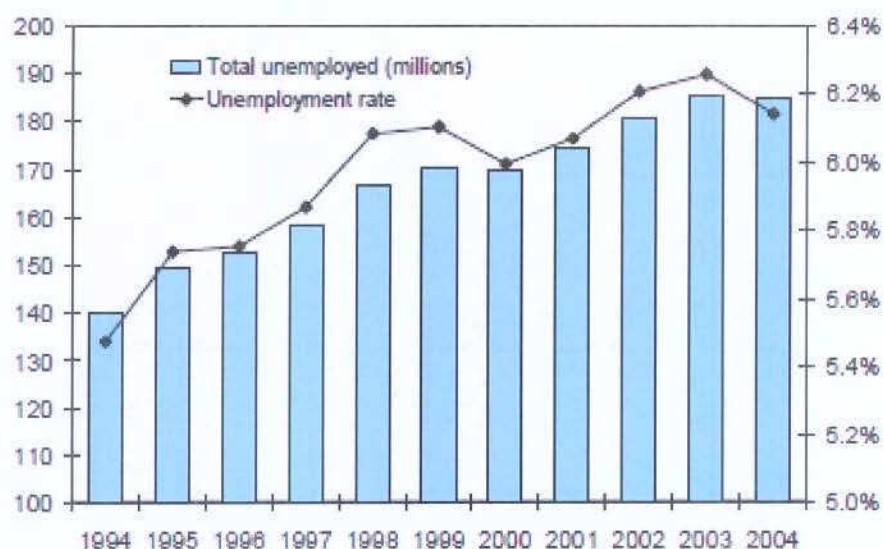
** Fonte: ILO, Global Employment Trends Model, 2006.

*** Fonte: ILO, Trends Econometric Models, October 2009.

A despeito das diferenças entre as estimativas dos modelos utilizados, assim, o que se verifica é que o movimento geral é de progressivo aumento do número de trabalhadores sem emprego. Tal evolução crescente do número total de desempregados, embora por si só não seja determinante ou representativa do panorama global do emprego no período, conforma um cenário mais pessimista quando apresentada em conjunto com outros dados.

Nesse contexto, a evolução da taxa de desemprego corrobora o argumento, conformando também uma tendência majoritariamente ascendente como demonstram o gráfico 1 e a tabela 2 abaixo, à exceção de alguns breves momentos de queda (de 1999 para 2000 e de 2003 para 2004 no gráfico 1; de 2004 a 2007 na tabela 2).

Gráfico 1 – Desemprego global (1994 – 2004)



Fonte: ILO, *Global Employment Trends*, 2004, de acordo com o *Global Employment Trends Model*, 2005.

Tabela 2 – Taxa de desemprego global, 1999, 2000, 2004 – 2009, em porcentagem

	1999	2000	2004	2005	2006	2007	2008	IC Mín.	2009* Estimativa Preliminar	IC Máx.
Total	6.4	6.2	6.4	6.3	6.0	5.7	5.8	6.3	6.6	6.9
Masc.	6.2	6.0	6.2	6.1	5.8	5.5	5.6	6.0	6.3	6.6
Fem.	6.8	6.5	6.8	6.7	6.4	6.0	6.1	6.7	7.0	7.3

* 2009 = estimativas preliminares; IC = intervalo de confiança.

Fonte: ILO, Trends Econometric Models, October 2009. Diferenças de estimativas anteriores são devidas a revisões das estimativas do Banco Mundial e do FMI em relação ao PIB, assim como a atualizações nas informações do mercado de trabalho. Estas são baseadas em ILO, Key Indicators of the Labour Market, 6th Edition, 2009.

Cabe ressaltar acerca do cenário do emprego global no período, ainda, que algumas camadas são mais afetadas pela dinâmica ascendente descrita acima. A tabela 2 demonstra não apenas a evolução da taxa de desemprego total, como também nos permite realizar outra consideração extremamente relevante: as oportunidades de emprego para as mulheres são mais restritas em relação a dos homens; as taxas de desemprego entre as mulheres são consistentemente maiores,

em média por uma diferença superior a 0,5 ponto percentual em relação ao desemprego masculino.

As camadas mais jovens¹⁴, por sua vez, também sofrem um impacto maior. A evolução do desemprego também é mais acentuada entre os jovens, o que evidencia as dificuldades dos ingressantes no mercado de trabalho em encontrar emprego. No *Global Employment Trends* de 2004, por exemplo, a organização aponta que o crescimento de indivíduos sem trabalho e procurando por um em 2003 foi mais pronunciado entre a juventude, alçando a taxa de desemprego jovem ao patamar de 14,4%, mais de duas vezes maior que a taxa de desemprego mundial de 6,2% no mesmo ano. A tabela 3 a seguir aponta a evolução do desemprego jovem no início do século XXI e a tabela 4 indica a elevada magnitude das taxas de desemprego jovem em comparação com os níveis de desemprego entre adultos, demonstrando que o ano de 2003 não foi um evento isolado nos anos 2000: as taxas de desemprego jovem são consistentemente mais de duas vezes superiores ao desemprego adulto.

Tabela 3 – Taxa de desemprego jovem global, 1997, 2001 – 2003, em percentagem

	1997	2001	2002	2003
Total	12.9	13.9	14.3	14.4
Nota: O desemprego jovem corresponde ao grupo entre 15 e 24 anos de idade.				
Fonte: ILO, Global Employment Trends Model, 2003.				

¹⁴ "Youth" in this report are defined as the age group 15 to 24 years. Differences continue to exist in the way national statistics programmes define and measure youth. Definitions of "youth" are based in part on the end use of the measurement. If one aims to measure, for example, the age span at which one is expected to enter the labour market then the statistical definition of 15 to 24 years may no longer be valid, given that today more and more young people postpone their entry into labour markets to well beyond the age of 25. Alternatively, there are numerous situations, especially in the developing world, where the typical age of entry into the labour market may be below that of 15 years, in which case the delineation between youth and child labour become blurred. Fonte: ILO Global Employment Trends for youth, 2010.

Tabela 4 – Taxa de desemprego global, adulto e jovem, 1999, 2000, 2004 – 2009, em porcentagem

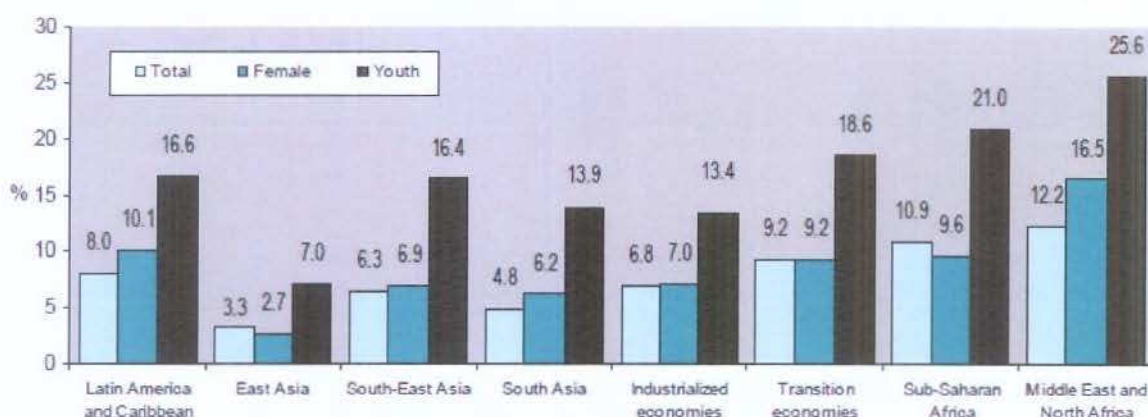
	1999	2000	2004	2005	2006	2007	2008	IC Mín.	2009* Estimativa Preliminar	IC Máx.
Jovem	12.6	12.5	13.0	13.0	12.4	11.8	12.1	12.7	13.4	14.0
Adulto	4.7	4.6	4.8	4.6	4.4	4.2	4.3	4.7	5.0	5.2

* 2009 = estimativas preliminares; IC = intervalo de confiança.

Fonte: ILO, Trends Econometric Models, October 2009. Diferenças de estimativas anteriores são devidas a revisões das estimativas do Banco Mundial e do FMI em relação ao PIB, assim como a atualizações nas informações do mercado de trabalho. Estas são baseadas em ILO, Key Indicators of the Labour Market, 6th Edition, 2009.

O gráfico 2 abaixo, referente ao ano de 2003, fornece uma idéia da dimensão do impacto do desemprego sobre as camadas mais vulneráveis em relação ao desemprego total, ilustrando como os setores feminino e jovem são consideravelmente mais atingidos pelo baixo dinamismo do mercado de trabalho. Vale apontar que as taxas de desemprego feminino menores observadas na África Subsaariana e no Leste Asiático não significam uma situação melhor das mulheres nessas regiões; pelo contrário, poder-se-ia dizer que em tais lugares as mulheres muitas vezes sequer têm acesso ao mercado de trabalho, restritas por relações de outra natureza (tradicionalistas, paternalistas, religiosas e associadas ao gênero como um todo).

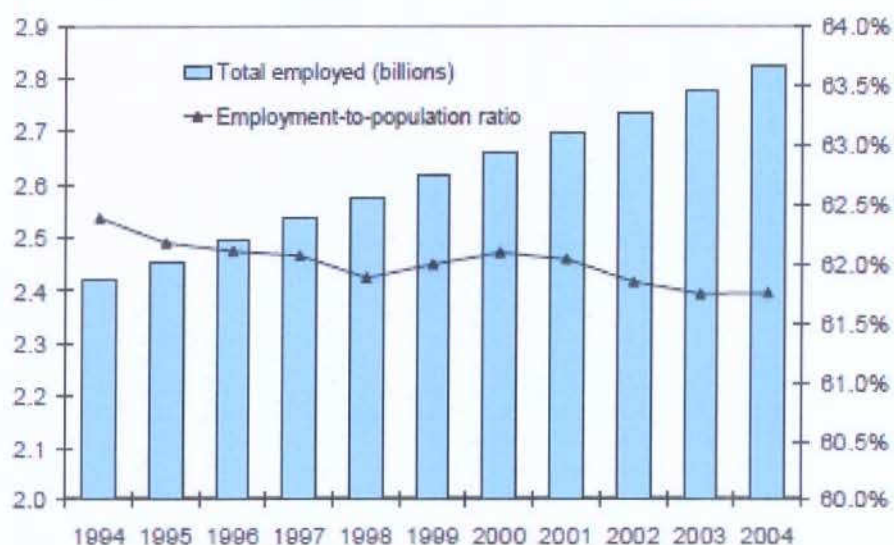
Gráfico 2 – Taxas de desemprego: total, feminino e jovem (2003)



Fonte: ILO, *Global Employment Trends*, 2003; *Global Employment Trends Model*, 2004.

Da perspectiva do emprego, por sua vez, o cenário não é mais otimista. Por esse espectro, há uma espécie de movimento inversamente proporcional: observa-se no período que a proporção de trabalhadores empregados em relação à população apresenta uma tendência declinante. Ou seja, a parcela da população mundial que está empregada é progressivamente reduzida. O gráfico 3 e a tabela 5 na sequência mostram como o número de trabalhadores empregados representa parcela cada vez menor da população.

Gráfico 3 – Proporção do emprego em relação à população mundial, 1994 – 2004



Fonte: ILO, *Global Employment Trends Model*, 2005.

Tabela 5 – Proporção do emprego em relação à população mundial, 1999, 2000, 2004 – 2009, em porcentagem

	1999	2000	2004	2005	2006	2007	2008	IC Mín.	2009* Estimativa Preliminar	IC Máx.
Total	61.3	61.2	60.6	60.7	60.9	61.0	60.9	60.2	60.4	60.6
Masc.	74.4	74.3	73.4	73.4	73.5	73.6	73.3	72.6	72.8	73.0
Fem.	48.3	48.3	47.9	48.0	48.3	48.5	48.6	47.9	48.0	48.2

* 2009 = estimativas preliminares; IC = intervalo de confiança.

Fonte: ILO, *Trends Econometric Models*, October 2009. Diferenças de estimativas anteriores são devidas a revisões das estimativas do Banco Mundial e do FMI em relação ao PIB, assim como a atualizações nas informações do mercado de trabalho. Estas são baseadas em ILO, *Key Indicators of the Labour Market*, 6th Edition, 2009.

Novamente, nota-se que as condições de inserção das mulheres e dos jovens são mais precárias. Os números acima demonstram que a proporção de trabalhadoras empregadas em relação ao total é significativamente menor em relação à proporção masculina e a tabela 6 abaixo demonstra as diferenças de gênero quanto à taxa de participação das mulheres na força de trabalho.

Tabela 6 – Taxa de participação na força de trabalho global por gênero, 1999 – 2009, em porcentagem

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
Total	65.5	65.3	65.2	65.0	64.9	64.8	64.8	64.8	64.7	64.7	64.7
Masc.	79.2	79.0	78.8	78.6	78.4	78.2	78.1	78.0	77.8	77.7	77.7
Fem.	51.8	51.6	51.6	51.5	51.4	51.4	51.5	51.6	51.6	51.7	51.6
* 2009 = estimativas preliminares.											
Fonte: ILO, Trends Econometric Models, October 2009.											

A mesma tendência se verifica na situação dos jovens, apresentando, inclusive, uma evolução decrescente da taxa de participação na força de trabalho global na década de 2000.

Tabela 7 – Taxa de participação de adultos e jovens na força de trabalho global, 1999 – 2009, em porcentagem

Jovem	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
Total	54.4	53.8	53.3	52.8	52.3	52.0	51.8	51.5	51.1	50.8	51.0
Adulto	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
Total	69.3	69.2	69.2	69.2	69.1	69.1	69.2	69.2	69.2	69.3	69.1
*2009 = estimativas preliminares.											
Fonte: ILO, Trends Econometric Models, October 2009.											

A análise da OIT torna-se ainda mais ilustrativa a partir da abordagem de uma dimensão mais qualitativa do mercado de trabalho, cujo ponto de partida situa-se na constatação de que as situações de emprego e desemprego não representam uma fotografia fiel das circunstâncias com as quais estão confrontados os trabalhadores e, portanto, não representam de forma nítida as condições de vida e estado de bem-estar dos mesmos. Sobreretudo em alguns países onde não há mecanismos eficientes

de seguro desemprego e outras proteções sociais, a maioria das pessoas simplesmente não pode ficar desempregada e aceita trabalhar sob condições precárias.

O foco da Organização Internacional do Trabalho, assim, direciona-se não somente nas situações de desemprego, mas também nas condições de trabalho daqueles que estão empregados. É nessa perspectiva que devem ser apreendidos os conceitos de trabalho pobre ou *working poverty* e de trabalhadores pobres ou *working poor*. Situa-se nesse contexto, igualmente, o conceito de vulnerabilidade no emprego.

A respeito dos trabalhadores pobres, segundo o *World Employment Report de 2004/2005*:

“...“employment” and “unemployment” are crude measures of the state of people’s livelihoods and life chances. More than three times the number of unemployed people in the world are indeed “employed”, but under conditions so poorly remunerated as to prevent them and their families from earning more than US\$1 a day per person. “Unemployment” as such is thus only the tip of the iceberg of the decent work deficit. We need not just more, but better jobs¹⁵.”

Quer dizer, apesar de trabalharem longas e difíceis horas, freqüentemente sob condições muito adversas, esses trabalhadores pobres e suas famílias continuam a sofrer com uma multiplicidade de problemas diretamente ligados à pobreza, tais como fome e subnutrição, más condições de saúde, crescente exposição a riscos de exploração sexual e trabalho infantil, entre outros problemas.

São estabelecidos, assim, dois limites referentes à pobreza dos trabalhadores. A linha de *pobreza extrema* refere-se àqueles que ganham US\$ 1 por dia ou menos (US\$ 1,25 nos números de 2010) e a linha de *pobreza total* é composta pelos trabalhadores que ganham até US\$ 2 por dia. A tabela 8 abaixo fornece um quadro dos trabalhadores pobres a partir de 1994.

¹⁵ ILO: World Employment Report, 2004/2005.

Tabela 8 – Trabalho pobre global (1994 – 2004)

Ano	Menos de US\$ 1 (em milhões)	Proporção de Pobreza Extrema no Emprego Total	Menos de US\$ 2 (em milhões)	Proporção de Trabalho Pobre no Emprego Total
1994	611	25.3%	1,325	54.9%
1995	621	25.4%	1,300	53.2%
1996	551	22.2%	1,289	51.9%
1997	569	22.5%	1,299	51.3%
1998	581	22.6%	1,338	52.1%
1999	569	21.8%	1,368	52.4%
2000	561	21.1%	1,364	51.3%
2001	563	20.8%	1,372	50.8%
2002	561	20.4%	1,382	50.4%
2003	550	19.7%	1,387	49.7%
2004	535	18.8%	1,382	48.7%

Fonte: ILO, Global Employment Trends Brief, 2005 apud Kapsos, S. "Estimating growth requirements for reducing working poverty: Can the world halve working poverty by 2015?" Employment Strategy Paper No. 2004/14, Geneva, 2004.

Embora o período compreendido acima apresente uma tendência de redução na proporção de trabalhadores pobres em relação ao total de trabalhadores empregados, o cenário do emprego ainda é bastante grave e exclusivo. Em primeiro lugar, a despeito das reduções, a proporção desses trabalhadores ainda é extremamente elevada: no menor ano da série acima – 2004 – o número de trabalhadores empregados em condição de pobreza extrema representava quase 20% do total do emprego e a soma de trabalhadores pobres compunha quase a *metade* dos trabalhadores empregados. Observa-se também que em termos absolutos os números do trabalho pobre apresentam uma tendência majoritariamente crescente durante todo o período de 1994 a 2004. Em 2004, por exemplo, aproximadamente um bilhão e 400 milhões de trabalhadores encontravam-se abaixo da linha de pobreza total e 535 milhões de trabalhadores estavam na faixa de pobreza extrema. Os dados posteriores a 2004 não apresentam um cenário mais promissor, como demonstram as tabelas 9 e 10 na seqüência.

Tabela 9 – Indicadores de trabalhadores pobres em escala global (US\$ 1,25 por dia)

Ano	1998	2003	2008	2009*			1998	2003	2008	2009*		
				C1	C2	C3				C1	C2	C3
Variável	Número de pessoas (em milhões)						Parcela do Emprego Total (%)					
Total	945	778	633	632	744	849	37.5	28.5	21.2	21.1	24.8	28.3

*2008 e 2009 são estimativas preliminares; "C" indica cenário.

Fonte: ILO, Global Employment Trends, 2010.

Tabela 10 – Indicadores de trabalhadores pobres em escala global (US\$ 2 por dia)

Ano	1998	2003	2008	2009*			1998	2003	2008	2009*		
				C1	C2	C3				C1	C2	C3
Variável	Número de pessoas (em milhões)						Parcela do Emprego Total (%)					
Total	1429	1328	1185	1187	1283	1368	56.7	48.6	39.7	39.5	42.8	45.6

*2008 e 2009 são estimativas preliminares; "C" indica cenário.

Fonte: ILO, Global Employment Trends, 2010.

No que se refere ao emprego vulnerável, este é definido como:

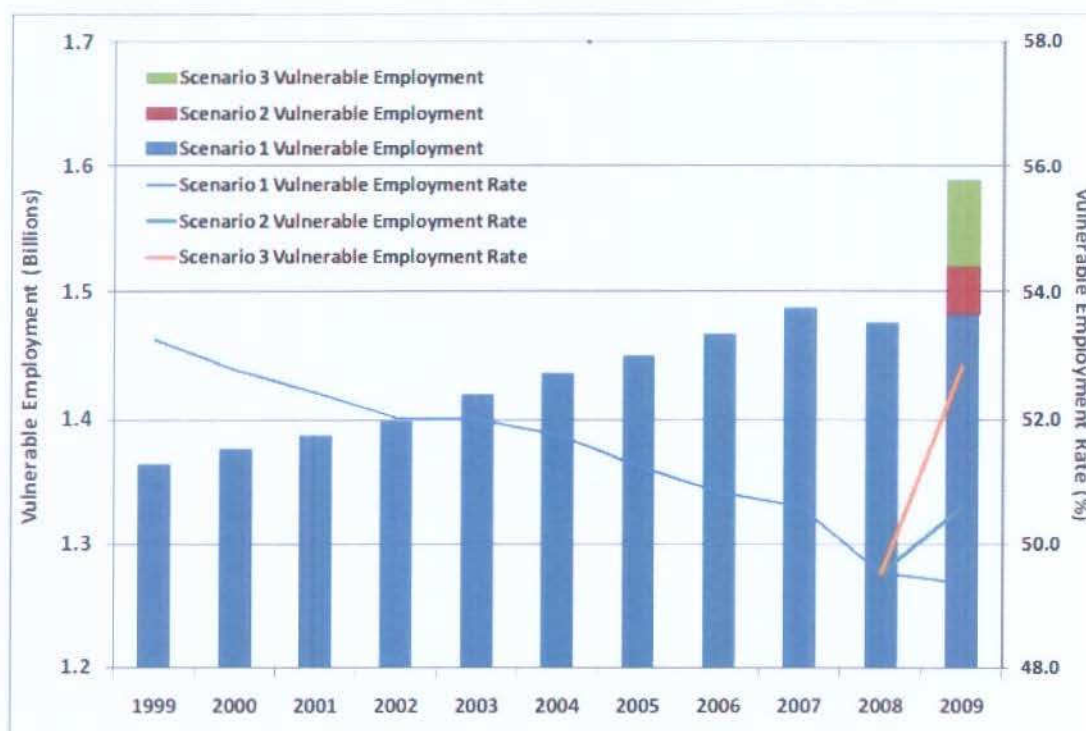
"Workers in vulnerable employment, defined as the sum of own-account workers and contributing family workers, are less likely to have formal work arrangements, and are therefore more likely to lack elements associated with decent employment such as adequate social security and recourse to effective social dialogue mechanisms. Vulnerable employment is often characterized by inadequate earnings, low productivity and difficult conditions of work that undermine workers' fundamental rights.¹⁶"

O cenário desse emprego vulnerável é similar ao do trabalho pobre. Apesar da tendência decrescente da parcela de trabalhadores em empregos vulneráveis em relação ao emprego total, apenas de 2007 para 2008 alcançou-se patamar pouco inferior à metade dos trabalhadores empregados, 49,5%. Ainda, além dos níveis

¹⁶ ILO: Global Employment Trends, 2010.

elevados de emprego vulnerável, ressalta-se que em termos absolutos há uma tendência ascendente desse tipo de emprego, alcançando quase 1,5 bilhão de trabalhadores empregados. O gráfico 4 em seguida ilustra o cenário do emprego vulnerável.

Gráfico 4 - Tendências do emprego vulnerável em escala global (1999 – 2009)



*2008 e 2009 são estimativas preliminares

Fonte: ILO, Global Employment Trends, 2010.

As tendências para os grupos mais vulneráveis apresentadas nos números também se manifestam na dimensão qualitativa do emprego. No tocante às mulheres, sem deixar de ponderar sobre a variedade de fatores que diferenciam o trabalho feminino, como ocupação, idade, educação, experiência, segregação ocupacional, família, filhos e outros direitos sociais, há razões para crer que se trata de um elemento persistente na evolução do mercado de trabalho feminino, condizente com o cenário de desemprego.

“Although working poor indicators by sex are not yet widely available, there is some evidence that there are important gender-based differences. In India, for example, the latest national labour force survey, which was conducted in 2004/2005, not only gathered data on workers’ labour force characteristics, but also on household consumption. The survey reveals that only one out of three women aged 15 and above is classified as economically active versus more than 83 per cent of men. Those women that do work face a considerably higher incidence of poverty: 36.1 per cent of employed women are considered working poor on the basis of USD 1 per day versus a working poverty rate of 30 per cent for men. An astounding 86.4 per cent of employed women live with their families on less than USD 2 per person per day, versus 81.4 per cent of employed men.”¹⁷

Em 2007, por exemplo, a parcela de mulheres em empregos vulneráveis em relação ao emprego feminino total foi de 52,7% em comparação a 49,1% no caso dos homens¹⁸. Quanto aos jovens, conforme o *Global Employment Trends for Youth* de 2010:

“On the basis of available data, young workers appear to be disproportionately susceptible to poverty, reinforcing the notion that youth are not just disadvantaged in terms of accessing work, but also in finding productive work that provides sufficient income to escape poverty.”¹⁹

Vale apontar que em paralelo às situações de deterioração do emprego, de desemprego e de subemprego descritas até aqui, um efeito colateral desse cenário que se desenha a partir da década de 90 é o crescimento da economia informal. Por conta da natureza precária e mal paga da maioria dos empregos informais²⁰, essa

¹⁷ ILO: *Global Employment Trends for Women*, 2009.

¹⁸ ILO: *Global Employment Trends for Women*, 2009.

¹⁹ ILO: *Global Employment Trends for Youth*, 2010.

²⁰ Definition: Informal sector employment: all own-account workers (excluding administrative workers, professionals and technicians) and unpaid family workers, and employers and employees working in establishments with fewer than five or ten persons engaged, depending on the available information. Paid domestic workers and agriculture are excluded. ILO, *Decent work and the informal economy*, Report IV, ILC, 90th session, Geneva (2002).

expansão da economia informal tipicamente produz maiores níveis de trabalhadores pobres e vulneráveis.

“Work in the informal economy is generally of low skill and low productivity; working conditions can be unsafe and unhealthy; and workers usually work long hours and receive low pay. Women tend to comprise between 60 and 80 per cent of total informal employment and are generally concentrated in a narrow range of activities with lower-skill, lower-pay tasks.”²¹

Em outras palavras, os trabalhadores da economia informal carregam no mínimo um risco mais alto de se tornarem trabalhadores pobres, com rendimentos insuficientes para retirar a si e a sua família dos padrões de pobreza. Conforme o *Global Employment Trends* de 2005:

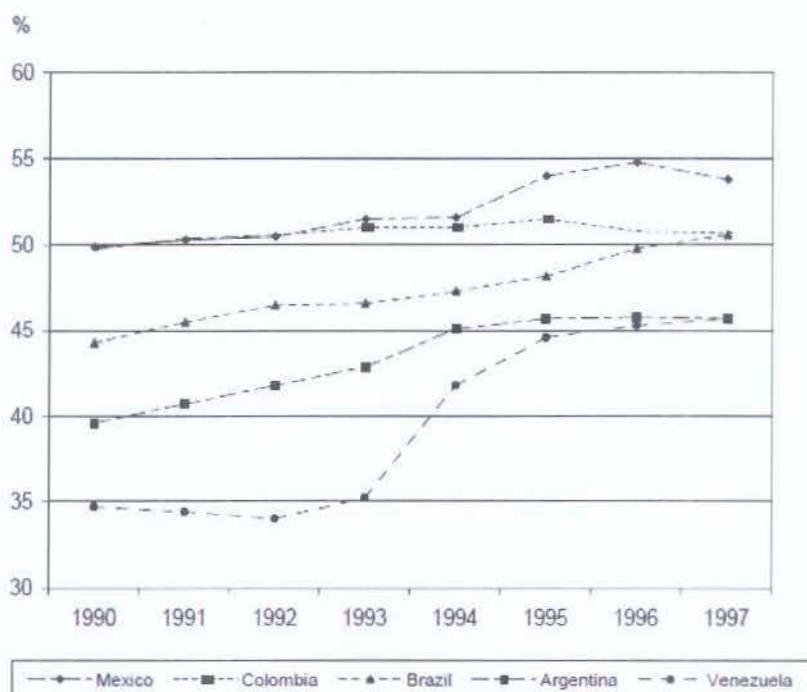
“In Latin America, for example, the urban informal economy was the primary job generator during the 1990s; informal economy employment increased by 3.9 per cent a year, while formal economy employment grew by 2.1 per cent. In Africa, the informal economy generated more than 90 per cent of all new jobs in the region in the 1990s.”²²

O gráfico 5 ilustra essas tendências ascendentes do emprego no setor informal em relação ao total de empregos para cinco países da América Latina na década de 90 – México, Colômbia, Brasil, Argentina e Venezuela.

²¹ ILO: *Global Employment Trends*, 2005.

²² ILO: *Global Employment Trends*, 2005.

Gráfico 5 - Tendências do emprego no setor informal como percentual do emprego total para alguns países da América Latina (1990- 1997)



Fonte: ILO, Decent work and the informal economy, Report IV, ILC, 90th session, 2002.

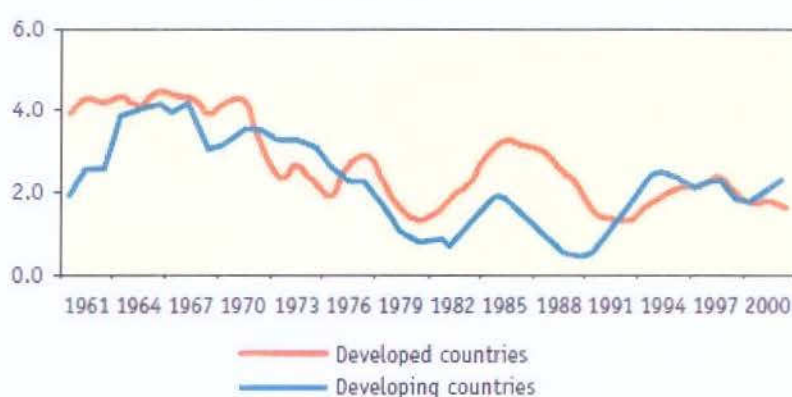
Re-analisando o que foi apresentado até este ponto, é possível ainda apreender algumas particularidades das décadas de 1990 e 2000, bem como verificar de maneira geral como a tendência cíclica do capitalismo financeiro impacta negativamente a dinâmica do mercado de trabalho.

Quanto às peculiaridades de cada momento, em linhas gerais, o baixo dinamismo do mercado de trabalho na década de 90 pode ser atribuído aos baixos níveis de crescimento econômico no período, provocando, obviamente, contração e precarização do emprego. A tabela 11 e o gráfico 6 demonstram a desaceleração das taxas de crescimento na década de 90. Em conjunto com os gráficos 1 e 3 apresentados anteriormente (páginas 38 e 41, respectivamente), é possível perceber os efeitos desse baixo crescimento econômico na inclinação ascendente da taxa de desemprego e na inclinação descendente na proporção de trabalhadores empregados em relação à população.

Tabela 11 – Média de crescimento anual global por década

	1960s	1970s	1980s	1990s
Crescimento do PIB mundial (%)	5.5	3.7	3.0	2.6
FONTE: World Bank, Global Economic Prospects				

Gráfico 6 – Desaceleração do crescimento nos anos 90: países desenvolvidos e em desenvolvimento



Nota: Taxa de crescimento do PIB per capita (médias ponderadas), 1961-2002.

Fonte: World Bank, World Development Indicators, 2004.

No que se refere ao gráfico acima, além da tendência decrescente do crescimento nos anos 90, também é interessante notar a disparidade entre o crescimento dos países desenvolvidos e aquele dos países em desenvolvimento na década de 80. Tal diferença pode ser atribuída às crises da dívida externa que atingiram diversos países da periferia nos anos 80, cuja análise é indissociável dos esforços de retomada da hegemonia dos Estados Unidos no final da década de 70 e, portanto, relacionadas aos movimentos de conformação do capitalismo liderado pelas finanças.

Nos anos 2000, por sua vez, apesar de um contexto de maior crescimento econômico global, essa expansão econômica não se reverteu em crescimentos proporcionais nos quadros do mercado de trabalho. Ou seja, a despeito da retomada do crescimento econômico em alguns momentos, em particular na segunda metade da década, o cenário do emprego não retomou o significado de incorporação social do mercado de trabalho. Pior, os dados do mercado de trabalho referentes aos anos

2000 apresentam magnitude superior aos da década anterior de baixo dinamismo econômico.

Tabela 12 – Crescimento econômico global, 2000 – 2004, variação anual em porcentagem

Ano	2000	2001	2002	2003	2004
Total	4.7	2.3	3.0	3.2	4.1

Fonte: IMF (2003); ILO, Global Employment Trends Model, 2003.

Tabela 13 – Taxas anuais de crescimento real do PIB global (2004 – 2010)

[illegible]

Conforme as tabelas apresentadas acima, percebe-se como de fato a década de 2000 apresenta taxas de crescimento superiores às verificadas na década anterior no que diz respeito à economia global. Porém, como demonstram as taxas de crescimento do emprego e de desemprego, o crescimento não significou aumento equivalente de oportunidades e tampouco decréscimo de mesma magnitude na proporção de desempregados (Tabelas 14 e 15).

Tabela 14 – Taxa de crescimento anual do emprego global, 2000/2005 – 2008, em porcentagem

Crescimento anual (%)					2009*		
Ano	2000-05	2006	2007	2008	IC	Estimativa Preliminar	IC
Total	1.6	2.0	1.9	1.4	0.3	0.7	1.0
*2009 são estimativas preliminares.							
Fonte: ILO, Trends Econometric Models, October 2009.							

Tabela 15 – Taxa de desemprego global, 1998 – 2008, em porcentagem

Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
Total	6.3	6.4	6.2	6.3	6.4	6.5	6.4	6.3	6.0	5.7	5.9
*2008 = estimativa preliminar.											
Fonte: ILO, Trends Econometric Models, May 2009											

As figuras 7 e 8, em paralelo a outros dados apresentados, permitem observar que não apenas não houve melhora no quadro do emprego como resultado do período de crescimento econômico, como também que os níveis de desemprego e de participação dos trabalhadores são piores que aqueles observados nos anos 1990 (vide linha horizontal vermelha). As taxas de participação na força de trabalho também são decrescentes no período (tabelas 6 e 7, página 42) e os níveis de trabalho pobre e vulnerável permaneceram em patamares extremamente elevados (tabelas 8 a 10 e gráfico 4, páginas 44, 45 e 46, respectivamente).

Gráfico 7 – Desemprego global (1996 – 2006)

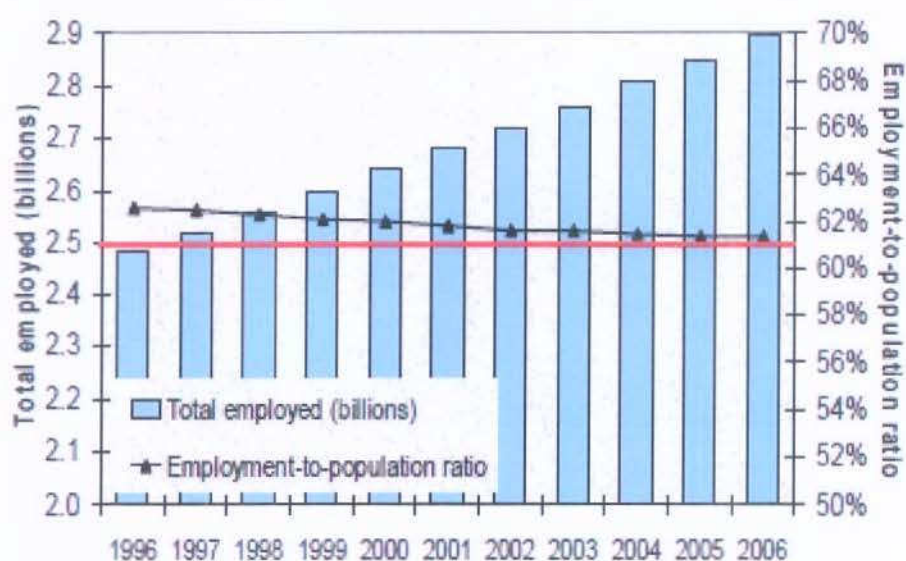
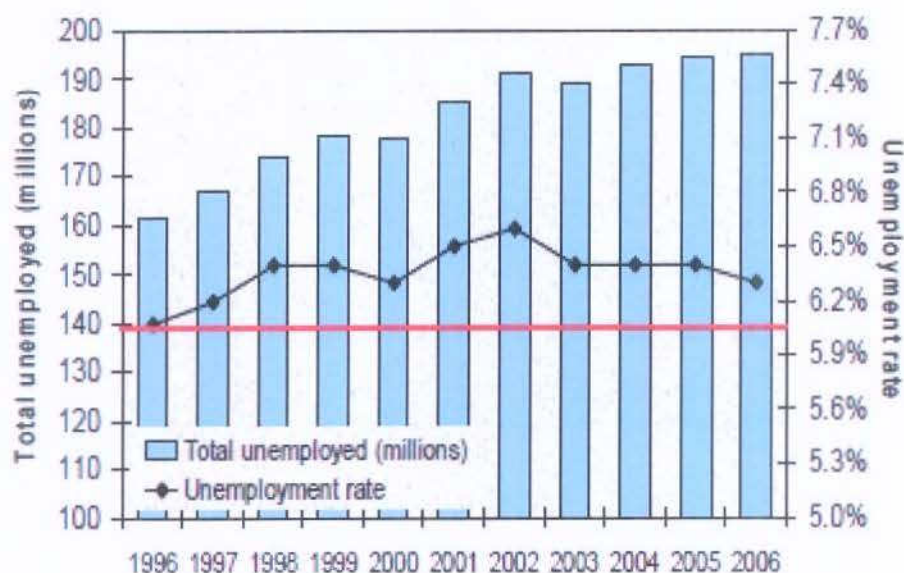


Gráfico 8 – Proporção do emprego em relação à população global (1996 – 2006)



Fonte: ILO, *Global Employment Trends Model*, 2007.

Essa assincronia entre os momentos de crescimento econômico e o cenário do emprego em escala global pode ser explicada pela própria lógica de expansão e valorização do capital sob a globalização financeira e por diversos desdobramentos a ela associados, em particular no que diz respeito à incapacidade de manutenção de ciclos sustentados de crescimento. Conforme se procurou demonstrar, o movimento de financeirização da riqueza tende a privilegiar a compra de capacidade já existente (fusões, aquisições e privatizações) ao invés de investimentos em nova capacidade. Trata-se de um sistema que se expande em termos financeiros em ritmo muito mais acelerado que em termos reais. Ou seja, a não reversão do crescimento em empregos advém da própria falta de dinamismo do capitalismo liderado pelas finanças. No entanto, para que um ciclo econômico possa se sustentar, o próprio crescimento depende também da sua capacidade de gerar empregos, o que evidencia a conformação de uma espiral para baixo.

No caso do mercado de trabalho, o movimento provoca uma transformação na estrutura ocupacional da sociedade com um direcionamento do emprego para o setor de serviços. Em um momento posterior do ciclo, no entanto, essa transformação da

estrutura ocupacional pode se tornar um entrave à manutenção de ciclos sustentados, devido à própria natureza do setor de serviços em termos de potencial de gerar empregos e crescimento econômico (menos intensivo em trabalho em relação às indústrias tradicionais). O *shift* do emprego para os serviços, então, é ao mesmo tempo sintoma e causa da incapacidade de manutenção de ciclos sustentados de crescimento, em uma espiral que privilegia uma dinâmica recessiva. Em 2006, por exemplo, a parcela do setor de serviços no emprego total cresceu de 39,5% para 40% e pela primeira vez ultrapassou o peso do setor agrícola, que diminuiu de 39,7% para 38,7%. A tabela também demonstra que as taxas de crescimento econômico não correspondem a um incremento proporcional do emprego no setor industrial, setor de maior potencial de produção e crescimento.

Tabela 16 – Emprego global por setor em proporção ao emprego total (1996, 2004 - 2006)

Setor/Ano	1996	2004	2005	2006
Agricultura	43.1	40.5	39.7	38.7
Indústria	21.4	20.6	20.8	21.3
Serviços	35.5	38.9	39.5	40.0

Fonte: ILO, *Global Employment Trends Model*, 2006.

Essa incapacidade de manter ciclos sustentados de crescimento econômico manifesta-se na acentuada tendência cíclica do capitalismo financeiro, que pressiona em grande medida a classe trabalhadora. Os dados apresentados demonstram que os momentos em que se verificam crescimentos mais acentuados da taxa de desemprego são justamente aqueles nos quais se evidencia a crônica incapacidade do sistema em regular as condições de sua própria existência. As quedas no número de desempregados e na taxa de desemprego ocorrem justamente nos momentos pós-crise, em virtude de uma recuperação da contração e, na maioria das vezes, não representam avanços de fato significativos, mas apenas uma recuperação dos momentos ruins e uma recomposição dos níveis anteriores às crises. Esses foram

justamente os momentos para os quais se fez exceção no início do presente capítulo.

Assim, a globalização financeira produziu choques financeiros de dimensão internacional, sobretudo nos países emergentes. Foi assim em 1994 (México), 1997 (Ásia), 1998 (Rússia), 1999 (Brasil), 2001 (Argentina), 2001 (Bolha das empresas de tecnologia de informação e comunicação) e 2008 (Crise do Subprime, exceção à gênese das crises nos países em desenvolvimento). O movimento de capitais especulativos está no centro de todos esses momentos, comandado por operadores financeiros dotados de meios suficientemente amplos para escolher, a todo momento, as formas mais vantajosas de aplicação e especulação oferecidas e para liquidar suas posições muito rapidamente.

A crise mexicana, por exemplo, provocou um afundamento brutal do “mercado financeiro emergente”, desencadeando uma recessão que se aprofundou mês a mês. No ano de 1995, o país amargou uma queda do PIB na ordem de 7% e uma taxa de inflação próxima de 50%; o desemprego chegou aos 25% da população ativa; os salários sofreram uma perda de poder de compra na ordem de 55% e dois milhões e meio de pessoas cruzaram o limiar da pobreza extrema. Em 2001, o desemprego mundial começou a crescer logo que estourou a bolha das empresas de tecnologia da informação e da comunicação, justamente quando alguns países ainda se recuperavam da crise asiática de 1997. Os dois anos subseqüentes de desaceleração econômica produziram uma deterioração na situação do emprego global. A OIT aponta que o número de desempregados cresceu em 20 milhões do começo de 2001, para alcançar a cifra de 180 milhões no final de 2002, com aumentos mais severos entre as mulheres e os jovens, tendentes a emprego em setores mais vulneráveis a choques econômicos. Na Argentina, por exemplo, o desemprego pulou para mais de 20% em 2002, com efeitos devastadores também para os países vizinhos²³. Nos anos seguintes, de 2004 a 2007, o desempenho do emprego global não melhorou apesar da retomada do crescimento, para novamente

²³ ILO: Global Employment Trends, 2003.

em 2008 sofrer os impactos cíclicos do sistema. Em termos absolutos, o número de desempregados que de 2004 para 2007 havia sido reduzido de 191 para 177,7 milhões, retornou ao patamar de 184,9 em 2008, nível superior aos números de 2006, com valores previstos para 2009 entre 201,9 e 222,2 milhões (Tabela 1, página 37). A taxa de desemprego de 6,4% em 2004, reduzida para 5,7% em 2008, voltaria para no mínimo 6,3% em 2009 (Tabela 2, página 38). Tendências similares são observadas na proporção do emprego em relação à população e nos níveis de trabalho pobre e vulnerável.

Retomando novamente o gráfico 1 (página 38) é possível perceber as acentuadas tendências de crescimento da taxa de desemprego global justamente nos períodos de crise. A inclinação é mais acentuada entre os anos de 1994 e 1995; 1997 e 1998; e 2001 a 2003. Verifica-se, ainda, que os momentos posteriores de queda na taxa de desemprego não têm o condão de recompor os níveis pré-crise.

Em síntese, as recorrentes crises econômicas que marcam o período de globalização financeira acertam em cheio o trabalho. Enquanto os custos dos pacotes de resgate financeiro são pagos por todos, os benefícios dos períodos de expansão são desigualmente distribuídos. Segundo o World of Work Report²⁴, desde o começo dos anos 90 até meados da década de 2000, em aproximadamente dois terços dos países para os quais existe informação, o total da renda das classes altas expandiu mais rapidamente que a renda das classes mais baixas. Além disso, o relatório aponta que tendências similares ocorreram em outras dimensões da desigualdade, como salários em relação aos lucros e entre assalariados de maior rendimento e assalariados de menor rendimento. Em 51 de 73 países analisados, a parcela dos salários como proporção da renda total caiu nas duas últimas décadas; no mesmo período, a diferença de renda entre os 10% mais bem pagos e os 10% com piores rendimentos cresceu 70%.

²⁴ ILO, World of Work Report, 2008.

Todas essas tendências negativas que se verificam no cenário global do mercado de trabalho a partir dos anos 90, assim, denotam que o período marca uma evidente contração do espaço do mercado de trabalho como via de incorporação social. Além disso, o panorama geral do emprego e do desemprego evidencia não apenas problemas sérios atuais do mercado de trabalho, como também dão ensejo a preocupações quanto à sua dinâmica futura. Em termos quantitativos, tanto a perspectiva do desemprego como a do emprego fornecem indícios dessa menor capacidade de inclusão, inclusive atingindo algumas camadas mais gravemente. A dimensão qualitativa da análise revela que mesmo as pessoas empregadas estão constantemente expostas a situações de vulnerabilidade e pobreza, sobretudo com o inchamento do setor informal da economia.

No dinamismo social, todos esses efeitos deletérios ao trabalho estão entrelaçados e se retroalimentam, conformando, em última instância, não somente uma sociedade exclusiva e carente de laços de solidariedade social, como também cada vez mais despida de meios de manutenção de crescimento sustentado, à medida que essas mazelas se perpetuam.

Nesse panorama, a evolução do desemprego entre os jovens é um fator preocupante em razão da criação de expectativas negativas em pessoas no início de uma vida economicamente ativa; representa uma subutilização e desperdício de grande potencial de uma camada expressiva da força de trabalho, bem como uma ameaça à prosperidade futura se pensarmos os efeitos dessa dinâmica de exclusão no longo prazo. Sobre a importância de pensar o mercado de trabalho para os jovens, o *Global Employment Trends for Youth* define o posicionamento da OIT.

"Youth unemployment and situations in which young people give up on the job search or work under inadequate conditions incur costs to the economy, to society and to the individual and their family. A lack of decent work, if experienced at an early age, threatens to compromise a person's future employment prospects and frequently leads to unsuitable labour behaviour patterns that last a lifetime. There is a demonstrated link between youth unemployment and social exclusion. An inability to

find employment creates a sense of uselessness and idleness among young people that can lead to increased crime, mental health problems, violence, conflicts and drug taking. [...] The [...] gain to recapturing the productive potential of underutilized youth is an economic one. Idleness among youth can come at great costs. They are not contributing to the economic welfare of the country – quite the contrary. The loss of income among the younger generation translates into a lack of savings as well as a loss of aggregate demand. Some youth who are unable to earn their own income have to be financially supported by the family, leaving less for spending and investments at the household level. Societies lose their investment in education. Governments fail to receive contributions to social security systems and are forced to increase spending on remedial services, including on crime or drug use prevention efforts. All this is a threat to the growth and development potential of economies. Focusing on youth, therefore, makes sense to a country from a cost-benefit point of view. Young people might lack experience but they tend to be highly motivated and capable of offering new ideas or insights. They are the drivers of economic development in a country. Foregoing this potential is an economic waste.²⁵

As desigualdades de gênero também representam uma preocupação no que se refere ao mercado de trabalho feminino e à conformação de maior justiça social. As diferenças de gênero na participação das mulheres na força de trabalho e nas taxas de desemprego é uma característica constante dos mercados de trabalho globais. As mulheres sofrem condições adversas em termos de acesso ao mercado de trabalho e freqüentemente não têm o mesmo nível de liberdade para escolher emprego. Além disso, as desvantagens também se evidenciam na parcela de mulheres submetidas ao trabalho pobre e vulnerável. O trecho abaixo sintetiza o desafio que representa o mercado de trabalho feminino.

“À l’aube du XXI^e siècle, la situation des femmes sur le marché du travail est faite de paradoxes, de contrastes, de contradictions. On assiste à une transformation sans précédent de la place des femmes dans le salariat qui ne s’est pas accompagnée d’un déclin conséquent des inégalités.[...] Vingt ans de chômage et de rationnement du travail n’ont pas entamé la poursuite du mouvement de féminisation du salariat. La continuité de la vie professionnelle des femmes semble désormais inscrite dans les comportements d’activité à la manière d’une

²⁵ ILO: Global Employment Trends for Youth, 2010.

norme sociale dominante. Pour autant, ces mutations majeures n'ont pas cassé les mécanismes de production des inégalités de sexe. À côté des formes anciennes d'inégalité professionnelle (écarts de salaires, différences de carrières, ségrégations horizontales et verticales), de nouvelles modalités de disparités ont vu le jour: la création de noyaux durs de surchômage et de sous-emploi féminins solidement installés – et largement tolérés. La crise de l'emploi n'a pas chassé les femmes de l'emploi, mais elle a considérablement durci les conditions dans lesquelles elles travaillent. L'activité féminine prospère, donc, mais à l'ombre du chômage. Sur le marché du travail, féminisation ne rime ni avec mixité, ni avec égalité.^{26a}

As expectativas de que a globalização financeira promoveria melhoras na alocação das “poupanças”, relaxamento das restrições de crédito, aumento da renda das parcelas menos favorecidas e, conseqüentemente, estímulo ao crescimento econômico, não se comprovaram verdadeiras. Pelo contrário, o baixo dinamismo no quadro do emprego foi acompanhado de perto pela intensificação da instabilidade econômica, com o efeito perverso de aumentar o risco moral de posições financeiras irresponsáveis. Na década de 1990, por exemplo, crises bancárias sistêmicas foram dez vezes mais freqüentes que nos turbulentos anos 70²⁷. Em termos dinâmicos, ainda, essa crescente instabilidade tem efeitos mais duradouros sobre as camadas tradicionalmente mais vulneráveis da sociedade, o que dá ensejo a perspectivas ainda piores no longo prazo. Nesse contexto, são comprometidas conquistas históricas da inserção feminina em detrimento de se pensar o mercado de trabalho levando em conta os diversos fatores particulares à natureza do emprego feminino, como a maternidade, a família e outros direitos sociais. No caso dos jovens, fala-se em uma “geração perdida”, desmotivada pela falta de empregos e pela prolongada inatividade, desgarrada do mercado de trabalho e descrente de sua colocação produtiva e digna na sociedade do século XXI.

É diante desse panorama, portanto, que a Organização Internacional do Trabalho preconiza uma agenda de trabalho decente, que será abordada em seguida.

²⁶ MARUANI, M. Travail et emploi de femmes. La Découverte, 2000, p. 3.

²⁷ ILO: World of Work Report, 2008.

Parte II: A agenda de trabalho decente

Na década de 90, a Organização Internacional do Trabalho já alertava para precipitação contida na idéia de que a globalização, nos moldes idealizados pelo discurso dominante, significaria necessariamente internacionalização econômica, propagação dos progressos tecnológicos, avanço da democracia e melhoras nos quadros do emprego e do bem-estar, aventando para os perigos contidos na visão homogeneizadora do paradigma que se conformava.

A visão atual da globalização apresentada na *World Commission on the Social Dimension of Globalization*, por exemplo, assinala a assimetria do processo.

"The current process of globalization is generating unbalanced outcomes, both between and within countries. Wealth is being created, but too many countries and people are not sharing in its benefits. They also have little or no voice in shaping the process. Seen through the eyes of the vast majority of women and men, globalization has not met their simple and legitimate aspirations for decent jobs and a better future for their children. [...]. Even in economically successful countries some workers and communities have been adversely affected by globalization. Meanwhile the revolution in global communications heightens awareness of these disparities."

A Declaração da OIT sobre a Justiça Social para uma Globalização Equitativa também ilustra a leitura negativa da organização, alertando para o cenário do emprego que se conformou.

"[...] a integração econômica mundial tem confrontado muitos países e setores com grandes desafios no tocante à desigualdade de ingressos, à persistência de níveis de desemprego e pobreza elevados, a vulnerabilidade das economias diante das crises externas e o aumento, tanto do trabalho precário como da economia informal, que têm incidência na relação de trabalho e na proteção que esta pode oferecer."²⁸

Nesse contexto, OIT propõe então que a globalização seja repensada a partir de uma perspectiva que apreenda melhor a dimensão social do processo, superando

²⁸ OIT: Declaração da OIT sobre a justiça social para uma globalização equitativa, 2008.

a estreiteza que permeia os horizontes do debate ao redor do tema, ao qual se refere como o “diálogo dos surdos”.

“Currently, globalization is a divisive subject. It verges on a dialogue of the deaf, both nationally and internationally. Yet the future of our countries, and the destiny of our globe, demands that **we all** rethink globalization.”

“[...] the dominant perspective on globalization must shift more from a narrow preoccupation with markets to a broader preoccupation with people. Globalization must be brought from the high pedestal of corporate board rooms and cabinet meetings to meet the needs of people in the communities in which they live. The social dimension of globalization is about jobs, health and education – but it goes far beyond these. It is the dimension of globalization which people experience in their daily life and work: the totality of their aspirations for democratic participation and material prosperity. A better globalization is the key to a better and secure life for people everywhere in the 21st century.”²⁹

Reconhece, assim, que a economia dos mercados globais tem uma enorme capacidade produtiva que pode gerar empregos melhores e contribuir significativamente para a redução da pobreza, desde que seja pautada em valores universais e respeito aos direitos humanos e à dignidade individual, enfrentando diretamente a questão social e não apenas a adequando aos imperativos econômicos e financeiros. É preciso alcançar resultados melhores, equitativamente distribuídos, para que se possa almejar a justiça social universal, o pleno emprego, assegurar a sustentabilidade das sociedades abertas e da economia mundial, conquistar coesão social e lutar contra a pobreza e as desigualdades crescentes³⁰.

Argumenta, ainda, que a permanência da pobreza inibe o crescimento do emprego: a falta de oportunidades de educação e saúde, bem como de poder de representação de interesses, às quais estão submetidos os trabalhadores pobres, impede que estes sejam capazes de retirar a si e a sua família dos padrões de pobreza. Nesse panorama, as políticas de emprego devem ser idealizadas de

²⁹ ILO: A fair globalization: creating opportunities for all.

³⁰ OIT: Declaração da OIT sobre a justiça social para uma globalização equitativa, 2008.

maneira a permitir que os trabalhadores superem tais condições por meio do trabalho decente, o que implica criar oportunidades de empregos produtivos, assegurando condições de liberdade, segurança e dignidade. A criação de empregos decentes envolve não apenas a redução da pobreza como também cria as precondições necessárias para o crescimento futuro: no longo prazo, crescentes taxas de desemprego e a conseqüente diminuição da demanda limitam o crescimento econômico.

Em face à deterioração da situação do mercado de trabalho, com a permanência de situações de desemprego, subemprego e trabalho pobre mesmo em períodos de crescimento econômico, a Organização Internacional do Trabalho desenvolve então uma agenda de trabalho decente, argumentando que as políticas relativas ao emprego devem parar de ser tratadas como residuais e o trabalho decente colocado no centro das políticas econômicas e sociais.

A agenda de trabalho decente, assim, está articulada em quatro objetivos estratégicos e nas sinergias existentes entre eles, sobre os quais devem basear-se as políticas econômicas e sociais. São eles:

- a) promoção do emprego de qualidade e de oportunidades de renda;
- b) extensão da proteção social e da segurança social;
- c) diálogo social e tripartismo;
- d) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho.

No que se refere ao primeiro tópico, para que se possa promover o **emprego de qualidade**, a OIT pugna pela necessidade de se criar um ambiente institucional e econômico sustentável. Aos indivíduos, o trabalho deve ser produtivo, o que significa que este deve permitir realização pessoal e bem-estar coletivo; é preciso possibilitar que os trabalhadores tenham condições de adquirir e atualizar capacidades, habilidades e competências para atuar produtivamente. Os caminhos adotados pelo

conjunto de empresas, por sua vez, devem ter como norte o crescimento e a criação de maiores oportunidades e perspectivas de emprego e renda para todos, de maneira sustentável. Segundo a OIT, a criação desse ambiente é condição para o alcance de desenvolvimento econômico e progresso social.

Quanto à **extensão da proteção social**, o discurso atenta para a necessidade de adotar e ampliar medidas de seguridade social e proteção dos trabalhadores. Mais especificamente, isso significa promover medidas para proporcionar ingressos básicos para aqueles que necessitem desse tipo de proteção, dando a tais medidas a capacidade de alcance e cobertura para responder às necessidades e incertezas geradas pelos rápidos avanços tecnológicos, sociais, demográficos e econômicos. Além disso, as condições de trabalho devem sempre levar em consideração a saúde e a segurança dos trabalhadores, bem como as possibilidades de participação equitativa em matéria de salários e benefícios, de jornada diária e de salário mínimo condizente com as necessidades vitais daqueles que estão empregados.

Sobre a **promoção do diálogo social e do tripartismo**, esta diz respeito ao imperativo de discutir os métodos mais apropriados para aplicar os objetivos estratégicos da agenda de trabalho decente às necessidades, peculiaridades e circunstâncias de cada país, de maneira que o desenvolvimento econômico possa ser transformado em progresso social e vice-versa. O intuito do debate é facilitar a formação de consenso sobre as políticas nacionais e internacionais pertinentes para as estratégias dos programas de emprego e trabalho decente, de modo a fomentar a efetividade da legislação e das instituições de trabalho, sobretudo no que se refere ao reconhecimento da importância da relação de emprego, a promoção de boas relações profissionais e o estabelecimento de sistemas de fiscalização.

O último objetivo estratégico elencado consiste em respeitar, promover e aplicar os **princípios e direitos fundamentais do trabalho**. A respeito deste tópico, a OIT destaca a sua importância não apenas como um direito dos trabalhadores, como também o coloca como uma condição necessária para a consecução da agenda de trabalho decente. Nessa perspectiva, enfatiza a liberdade de associação e a liberdade de organização sindical, devendo haver o reconhecimento legítimo do

direito de negociação coletiva, argumentando também que a violação desses princípios e direitos fundamentais não pode ser invocada como legítima vantagem comparativa e tampouco servir a fins comerciais protecionistas.

A Organização Internacional do Trabalho acrescenta ainda que os quatro objetivos estratégicos são dependentes uns dos outros, se reforçando mutuamente e, portanto, indissociáveis. A plena realização da agenda de trabalho decente depende da promoção conjunta desses objetivos dentro de uma estratégia global, além de ter como questões transversais a igualdade de gênero e a não discriminação.

A agenda de trabalho decente da OIT, assim, denota o tipo de desenvolvimento idealizado pela instituição. Em adição, os requisitos necessários para alcançar os objetivos estratégicos evidenciam as controvérsias da organização em relação ao paradigma dominante. A redução da pobreza e a criação de oportunidades de trabalho decente estão vinculadas a uma estratégia de crescimento econômico intensivo em emprego, situada dentro de uma perspectiva de desenvolvimento de longo prazo. O crescimento do emprego, portanto, está inserido em uma visão mais ampla de desenvolvimento econômico capitalista sustentado e ciclo virtuoso de investimento. Vejamos mais de perto, então, como deve ocorrer a aplicação da agenda de trabalho decente segundo a OIT.

Toda a articulação dos quatro objetivos estratégicos está assentada sobre o mecanismo de composição do diálogo social por meio de uma estrutura tripartite e a crença de que essa articulação é capaz de provocar melhoras na governança do processo de globalização. Ou seja, a conjugação de interesses dos governos, trabalhadores e empregadores proveniente desse mecanismo possibilita alcançar soluções, favorecer a coesão social e o Estado de Direito, bem como possibilitar a soberania nacional em termos de políticas domésticas. A lógica é a seguinte: empresas produtivas, rentáveis e sustentáveis, junto com uma economia social sólida e um setor público viável, fundamentais para que se possa alcançar o desenvolvimento econômico e oportunidades de empregos sustentáveis.

No que se refere ao trabalho, o diálogo social deve possibilitar o desenvolvimento das habilidades dos trabalhadores, assim como a requalificação das competências para atender a novas demandas, o que melhora o funcionamento do mercado de trabalho e a empregabilidade, permitindo que diversos trabalhadores sejam de fato integrados ao mercado. A responsabilidade corporativa na criação de oportunidades e perspectivas de empregos, por sua vez, diz respeito à promoção de investimentos produtivos de maneira sustentada, envolvendo os detentores de ativos no diálogo social no sentido de inculcar na sua racionalidade a responsabilidade pelo emprego e pela redução da pobreza.

A maior ênfase na consecução da agenda de trabalho decente é atribuída ao comprometimento das políticas nacionais, por meio da ação do Estado. Os Estados também são elencados como responsáveis pela promoção do investimento, sobretudo nos setores de infra-estrutura e construção, argumentando que uma aproximação intensiva em trabalho nesses setores cria 5 vezes mais empregos que uma estratégia intensiva em capital³¹. As vantagens encontram-se não apenas na distribuição de salário e renda entre uma força de trabalho geralmente pouco qualificada e pobre, como também no efeito multiplicador, que estimula o consumo, o investimento, a poupança e, por conseguinte, toda a economia local. Para tanto, o diálogo social deve ser estabelecido com ministérios governamentais, que tradicionalmente não são parceiros da OIT, mas que controlam a economia e as finanças, influenciando-os a incorporar preocupações sociais na suas tomadas de decisões.

Afirma-se a atuação estatal, igualmente, no que se refere à proteção jurídica dos trabalhadores, retomando a centralidade da relação de trabalho. O diálogo social, assim, deve operar no sentido da formação de consenso sobre as políticas pertinentes para as estratégias de emprego e trabalho decente, de modo a fomentar a efetividade da legislação e o estabelecimento de sistemas de fiscalização. Ao Estado, cabe assegurar a seguridade social e outras formas de proteção dos trabalhadores como o seguro-desemprego, em um ambiente de rápidas

³¹ ILO: Reducing the decent work deficit in the infrastructure and construction sectors, 2004, p.11.

transformações tecnológicas, sociais e econômicas. Essa proteção social do Estado possibilita a flexibilidade do mercado de trabalho necessária à competitividade, promovendo a criação e a preservação de empregos.

A atuação estatal para a formação do diálogo social também deve ser dirigida ao fortalecimento das instituições nacionais de trabalho, garantindo o direito de liberdade de associação sindical dos trabalhadores e de negociação coletiva, como uma liberdade civil básica para o trabalho decente e o progresso social. Além disso, a OIT preconiza a criação de leis e mecanismos de sanção e punição contra aqueles que exploram trabalho forçado.

Quanto à atuação da própria organização, a OIT se coloca como difusora e incentivadora dos preceitos da agenda de trabalho decente, bem como mediadora do diálogo social. Para que possa atuar de maneira eficaz, a instituição se propõe a compreender melhor as necessidades de cada membro no que se refere às particularidades de cada país em relação aos objetivos estratégicos, favorecendo a compreensão e o intercâmbio de conhecimentos sobre as sinergias existentes entre os mesmos mediante uma análise empírica e uma discussão tripartite de experiências concretas. Nesse contexto, elenca como um dos pilares da atuação da organização a condução de estudos, trabalhos e esforços de cooperação técnicos, com o propósito de conscientizar os tomadores de decisões e os formuladores de políticas econômicas a respeito das vantagens da aplicação dos objetivos estratégicos.

A articulação de toda a agenda em torno da construção do diálogo social e da estrutura tripartite advém da percepção da OIT de que os obstáculos para promoção do desenvolvimento sustentado são derivados de deficiências de governança e não apenas da globalização em si mesma. A agenda de trabalho decente, então, deve ajudar a superar os seguintes obstáculos para uma melhor governança:

- o rápido crescimento dos mercados globais sem o desenvolvimento paralelo de instituições econômicas e sociais necessárias para o seu funcionamento suave e equitativo;

- a injustiça de algumas regras-chave do comércio e das finanças, moldadas por Estados e agentes poderosos, e seus efeitos assimétricos entre países ricos e pobres;

- predominância de medidas de abertura de mercado e de considerações econômicas e financeiras sobre as sociais;

- falta de transparência e a insuficiência democrática do sistema multilateral desenhado para promover políticas internacionais;

- falta de participação dos trabalhadores e dos pobres na governança do sistema;

A crença da OIT em torno do diálogo social e do tripartismo é que deve haver o convencimento e o comprometimento dos governos, empregadores e trabalhadores com os objetivos estratégicos e, assim, promover o crescimento sustentado. Segundo a organização, então, é necessário criar vontade política e promover a formação de consenso por meio do diálogo social. A idéia é que a agenda de trabalho decente e a melhor governança que ela representa podem engendrar um modelo de desenvolvimento global sustentado pelo crescimento com emprego, pautado nas seguintes características:

- focado nas pessoas: consideração das suas demandas, respeito pelos seus direitos, identidade cultural e autonomia e efetiva participação dos cidadãos nas decisões públicas;

- Estados nacionais democráticos e efetivos, capazes de administrar a integração à economia global e fornecer oportunidades econômicas, sociais e segurança;

- desenvolvimento sustentável: interdependência e reforço mútuo do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento social e da proteção ambiental, nos níveis locais, nacionais, regionais e globais;

- mercados produtivos e equitativos, a partir da constituição de instituições saudáveis, capazes de promover oportunidades, empreendimentos e iniciativas em uma economia de mercado que de fato funcione;

- regras justas de funcionamento da economia global que oferecem oportunidades equitativas e acesso para todos os países, reconhecendo a diversidade nas capacidades nacionais e necessidades específicas de desenvolvimento;

- globalização com solidariedade, inculcando a responsabilidade de todos em auxiliar países e pessoas excluídas ou colocadas em posição de desvantagem em virtude da globalização, de maneira a superar as desigualdades, tanto domesticamente como entre países;

- maior responsabilidade com as pessoas [responsabilidade social] por parte dos agentes públicos e privados por suas políticas com poder de influenciar os resultados da globalização;

- parcerias mais profundas entre organizações internacionais, governos e parlamentos, negócios, trabalho e sociedade civil.

Em síntese, a Organização Internacional do Trabalho se afasta da visão de crescimento econômico como sinônimo de geração de bem-estar humano. Não compartilha, portanto, do fundamentalismo de mercado atinente aos setores hegemônicos do capitalismo financeiro, no qual o mercado aparece como um espaço único, criador e maximizador de eficiência. Pelo contrário, reconhece que a globalização pode criar oportunidades e benefícios, mas para que estes sejam

estendidos a um maior número de pessoas – *a better and secure life for people in the 21st century* – é preciso retomar o espaço do diálogo e criar alternativas de ação dentro de um espectro de posições mais democrático.

A retomada do diálogo, segundo a OIT, tem o condão de gerar maior coesão entre Estado, trabalho e capital para promover o crescimento sustentado. Ao Estado, propicia maior autonomia das políticas nacionais, adequando-as às necessidades, peculiaridades e circunstâncias de cada país. Ao trabalho, recoloca a liberdade sindical como coluna política do sistema e a organização trabalhista como instrumento legítimo de mudança. Ao capital, alerta para a necessidade de investimentos produtivos para a geração de empregos e desenvolvimento sustentável.

Conclusão

A trajetória recente do sistema capitalista, situada dentro da dinâmica de mutação e reinvenção do capitalismo, evidencia que o desenvolvimento da globalização financeira é mais perverso que o retratado pelo discurso dominante. A idéia de uma evolução natural liderada pelo desenvolvimento da tecnologia, assentada sob o argumento de um desenvolvimento intrínseco ao sistema e justificada por uma ideologia que preconiza as virtudes de um fundamentalismo de mercado e faz promessas futuras de progresso, mascara a própria ineficiência crônica da lógica de manutenção do esquema de reprodução e as atitudes deliberadas de manutenção de poder por parte de alguns Estados nacionais e uma classe privilegiada de agentes econômicos. O que se constata, por outro lado, é que a economia globalizada é extremamente **excludente**, uma vez que se dirige prioritariamente pelo movimento do capital, assentado no poder financeiro e no seu modo de regulação, passando impunemente por conseqüências sociais e políticas.

Trata-se, assim, de um movimento **assimétrico**, uma vez que na origem da conformação da globalização financeira está a retomada da hegemonia dos protagonistas do desenvolvimento; de **baixo dinamismo**, denotado pela incapacidade de promover ciclos regulares de investimento produtivo, e **instável**, o que fica evidente pelas recorrentes crises financeiras que atingem o sistema.

Nesse movimento, amplia-se em grande medida o poder de expansão do capital na esfera das finanças, transformando as diversas praças do mundo em espaços de valorização financeira sem imputar qualquer responsabilidade aos especuladores, providos de total liberdade para acumulação privada. Dado o seu caráter intrinsecamente especulativo, fica claro como o capitalismo liderado pelas finanças faz surgir uma classe rentista, havendo, então, a privatização dos ganhos nos momentos de crescimento e a socialização das perdas nos colapsos sistêmicos.

Aos Estados nacionais fora do núcleo central relega-se um papel passivo quanto à determinação dos caminhos estruturais das economias, em especial pela

perda da capacidade de realizar investimentos à frente da demanda corrente, como forma de impulsionar o crescimento econômico e sinalizar positivamente a investimentos do setor privado, sobretudo em razão da privatização das empresas estatais. O contexto político sobre o qual se assenta o capitalismo financeiro condena qualquer tentativa estatal de cunho discricionário (ao menos no caso dos países periféricos) como proteção, subsídio ou estímulo a setores estratégicos, ao passo que o receituário recomendado para a manutenção de políticas fiscais e monetárias necessita de elevadas taxas de juros e extrema austeridade fiscal por parte do Estado. Assim, as amarras do sistema obrigam o Estado a criar condições favoráveis e atrativas para o capital financeiro, com liberdade para acumulação privada irresponsável, ao mesmo tempo em que nos momentos de crise as autoridades monetárias têm pouca alternativa a não ser prestar socorro à turbulência dos mercados.

Para a classe trabalhadora, por sua vez, as novas formas de regulação econômica e social e a alteração da trajetória do crescimento impõem graves restrições. A assimetria, o baixo dinamismo e a instabilidade do sistema que se conforma fazem com que as maneiras pelas quais ocorre a contratação de fatores sejam mais precárias, voláteis e escassas. Em linhas gerais, o que se verifica é um movimento de redução do custo do trabalho, flexibilização trabalhista, proliferação de empregos de má qualidade em pequenos negócios e serviços pessoais e redução da proteção social aos trabalhadores. Além disso, aumenta-se a disparidade de renda ao privilegiar lucros e dividendos em detrimento dos salários e possibilitar concretas transferências de renda para o setor financeiro ao fazer com que os trabalhadores (contribuintes) arquem com as perdas da especulação excessiva. Assim, sob a globalização financeira e o regime de acumulação flexível, o trabalho é prejudicado tanto no ciclo expansivo como a cada vez que a reversão das expectativas faz surgir a necessidade de re-regular as formas de expansão e valorização do capital as condições de inserção no mercado de trabalho são agravadas.

Em síntese, as promessas de que a globalização financeira promoveria melhoras na alocação dos recursos, relaxamento das restrições de crédito, aumento

da renda das parcelas menos favorecidas e, conseqüentemente, estímulo ao crescimento econômico, não se comprovaram verdadeiras. O capitalismo liderado pelas finanças e as novas formas de regulação econômica e social a ele associadas estão distantes de critérios de bem-estar de fato coletivo e busca pelo pleno emprego, esvaziando o significado do mercado de trabalho como via de incorporação social. O trabalhador é cada vez mais tolhido dos meios de defesa dos seus interesses e desamparado pelas formas institucionais. Adrián Sotelo Valencia resume a situação que se configurou:

"Ante la crisis del fordismo se pensaba que los nuevos paradigmas impuestos en la organización del trabajo resolverían duraderamente los problemas de superproducción y crisis económica, al alimentar *círculos virtuosos* de incrementos duros en la productividad del trabajo que a su vez incrementarían la rentabilidad de las empresas. Sucedió todo lo contrario: el capitalismo en su actual fase neoliberal acusa niveles decrecientes en sus tasas históricas de crecimiento económico, hipertrofia sus sistemas productivos en beneficio del capital financiero especulativo, sobreutiliza indiscriminadamente las políticas monetaristas para tratar de controlar los procesos inflacionarios y provoca un abultamiento brutal del desempleo, la subocupación y la precariedad liberal.³²"

As propostas que permeiam majoritariamente o debate ao redor do tema, então, se sustentam mais por ideologia do que propriamente pelos resultados em termos de desenvolvimento e aproveitamento dos excedentes de capital e de força de trabalho. Essa ideologia encontra respaldo no posicionamento das principais agências internacionais, em grande medida responsáveis pela efetiva difusão e viabilização do projeto liberal de inserção das economias menos desenvolvidas na ordem globalizada, o que expressa os vieses políticos do plano internacional e o poder de determinação das forças historicamente envolvidas no processo. Conforme aponta Denis Maracci Gimenez,

"o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, somados à jovem Organização Internacional do Comércio (OMC), são as principais instituições que

³² VALENCIA, A. S. La reestructuración del mundo del trabajo. Universidad Obrera de México, 2003, p.15.

controlam a globalização e operam na difusão do fundamentalismo liberal contemporâneo, com grande influência sobre a América Latina e Brasil. Nos marcos do novo liberalismo triunfante, sob o comando dessas instituições, são dados os contornos para a construção de uma política econômica global ou mesmo de uma política social global, delimitando nas últimas décadas um profundo processo de alargamento e homogeneização dos temas e da agenda econômica e social.³³

Nesse contexto, a Organização Internacional do Trabalho representa em certa medida uma espécie de foco de resistência à regulação financeira do capitalismo, retomando o espaço do contraditório no plano internacional e aproximando o debate às questões sociais. A instituição se distancia dos preceitos da dominação liberal conservadora e do culto aos mercados liberalizados, segundo os quais os efeitos sociais indesejáveis referem-se apenas a um árduo processo temporário de ajustamento econômico à ordem global. Pelo contrário, a OIT apresenta uma leitura negativa do processo de globalização, sobretudo no que diz respeito ao *cenário do mercado de trabalho* que se desenha a partir dos anos 90, o que a leva a pugnar pelo pleno emprego de fatores como prioridade básica das políticas econômicas e sociais, bem como defender condições básicas de trabalho, proteção de direitos e padrões sociais em maior conformidade com o bem-estar coletivo, materializados no corpo de uma *agenda de trabalho decente*.

Quanto ao cenário do emprego, os relatórios da Organização Internacional do Trabalho configuram um quadro precário e pouco promissor. A organização aponta a contração do mercado de trabalho como via de incorporação social tanto em termos quantitativos, como qualitativos. Da perspectiva do desemprego, o período é marcado por tendências crescentes do número de desempregados e da taxa de desemprego. Por outro lado, a redução da proporção do emprego em relação à população total, a persistência do trabalho pobre e vulnerável e o crescimento da economia informal compõem um quadro deteriorado mesmo para aqueles que estão empregados. Segundo a OIT, as situações de desemprego representam apenas um

³³ GIMENEZ, D. M. Ordem liberal e a questão social no Brasil. LTr, 2008, p. 35.

dos “gargalos” do mercado de trabalho ou *only the tip of the iceberg* dos seus problemas.

Os relatórios apontam, ainda, que mesmo em momentos de retomada do crescimento econômico não se retoma o significado de inclusão social do mercado de trabalho, uma vez que tais incrementos não são revertidos em crescimento proporcional do emprego. Na década de 90, a contração do emprego é condizente com os baixos níveis de crescimento. Nos anos 2000, entretanto, o contexto de maior expansão econômica tampouco significou diminuição do desemprego e aumento de oportunidades. A série histórica demonstra, inclusive, que os patamares dessas variáveis são piores que os da década anterior. Por outro lado, há consistência entre as manifestações cíclicas do sistema e os momentos de deterioração do mercado de trabalho. As ocasiões nas quais o crescimento dá ensejo a melhoras no cenário do emprego representam na melhor das hipóteses apenas uma recomposição dos níveis anteriores às crises.

Em todas essas tendências do cenário internacional do emprego algumas camadas mais vulneráveis, como os jovens e as mulheres, são mais prejudicadas. No longo prazo, essa falta de dinamismo do mercado de trabalho dá ensejo a preocupações quanto aos desdobramentos futuros dessa dinâmica em termos da manutenção de um desenvolvimento sustentável. A falta de perspectivas, sobretudo das camadas mais vulneráveis, e a própria modificação na estrutura ocupacional (inchamento do setor de serviços e da economia informal) podem representar sérios entraves à continuidade dos ciclos econômicos, ao mesmo tempo em que se configura uma sociedade exclusivista, na qual são progressivamente corrompidos laços de justiça e solidariedade sociais.

Diante desse quadro, a OIT se propõe a repensar a globalização, contestando a visão do mercado como espaço único, criador e maximizador de eficiência. Além disso, não compartilha da idéia de que a mera geração de crescimento econômico significa necessariamente geração de bem-estar humano como um todo. Pelo

contrário, para que esse crescimento possa ser transformado em progresso social faz-se necessário um padrão de organização econômica e social que não imponha tantos limites ao enfrentamento dos graves problemas identificados no mercado de trabalho. Argumenta, assim, a respeito da necessidade de melhores resultados, melhor distribuídos, para criar empregos produtivos e decentes, como o único meio sustentável de reduzir a pobreza e alcançar justiça e coesão sociais, de maneira que se possa engendrar o crescimento sustentado da economia mundial. Reconhece, por outro lado, um grande potencial na capacidade produtiva da economia dos mercados globais.

É nesse contexto que a OIT desenvolve uma *agenda de trabalho decente*, baseada em um modelo de ciclos virtuosos de investimento produtivo e de crescimento intensivo na criação de empregos, que atribui as assimetrias do processo de globalização a problemas em sua governança, e, por isso, se articula em torno de um mecanismo de diálogo social e estrutura tripartite e de outros objetivos estratégicos, como a promoção do emprego de qualidade, a extensão da proteção social e a aplicação dos princípios e direitos fundamentais do trabalho.

A lógica da OIT é a seguinte: a articulação e as sinergias entre esses objetivos estratégicos podem dar maior coesão ao pacto social entre capital, trabalho e Estado, melhorando a governança do processo de globalização, de maneira a criar um ambiente macroeconômico no qual o pleno emprego está no centro das políticas econômicas e sociais. Vale dizer, segundo a organização, o diálogo social tem o condão de incutir a responsabilidade pelo emprego e pela redução da pobreza em todos, através do convencimento e do comprometimento dos governos, empregadores e trabalhadores, de maneira a criar vontade política e formação de consenso para superar as seguintes assimetrias do sistema:

- de posições no jogo de forças da ordem global;
- existente nas relações de classe e representação dos trabalhadores;
- a predominância de medidas liberalizantes e de considerações econômicas e financeiras sobre as sociais;

- da necessidade de retomar o investimento produtivo pelas empresas;
- da necessidade de reinvestir o Estado de autonomia, considerando as especificidades de cada país e retomando a necessidade do intervencionismo estatal em aspectos como a proteção jurídica dos trabalhadores e a efetividade dessa legislação, a centralidade da relação de trabalho e dos investimentos do setor público;
- a ilegitimidade que se quer atribuir à organização dos trabalhadores e à liberdade sindical;
- a necessidade de colocar o trabalho decente como o único meio sustentável de reduzir a pobreza, o que significa uma retomada do espaço do mercado de trabalho como via de incorporação social;
- a falta de multilateralismo de fato democrático;

Porém, ao adotar um direcionamento de fortalecer estratégias nacionais para a conformação de uma estratégia global de crescimento com criação de empregos, ou seja, partir da governança local para a governança internacional, o que é demonstrado claramente pela maior ênfase dada à atuação dos Estados e das políticas nacionais, há razões para afirmar que os méritos da OIT parecem ser mais pertinentes em termos do diagnóstico que apresenta e das anomalias que revela, do que propriamente de alcance profundo em termos de mudança de paradigma sistêmico. Vale dizer, o diálogo social e a estrutura tripartite, baseando-se em convencimento via estudos técnicos e formação da opinião pública, não parecem ser suficientemente fortes para superar o ambiente de concentração e manutenção de poder por parte dos atores hegemônicos. Trata-se de uma saída demasiadamente remediadora e conciliadora em detrimento de uma maior combatividade.

A agenda de trabalho decente propõe mudanças significativas, mas ao não apreender que a própria gênese da globalização é essencialmente financeira, ela não representa um enfrentamento direto da lógica financeira exacerbada do sistema, marcada pela defesa de interesses privados e rentistas, pela pilhagem do Estado e pela máxima de mudar regime para conservar o poder. Incapaz de confrontar as regulações hegemônicas do

capitalismo liderado pelas finanças, a agenda de trabalho decente tem um raio de ação reduzido, sendo incapaz, assim, de se reverter em uma estratégia alternativa de desenvolvimento global e se materializar em políticas de cunho propriamente universalista.

Nesse sentido, embora tenha o mérito de reafirmar a atuação dos Estados nacionais, pouco discute até que ponto a margem de ação dos organismos e políticas estatais estão limitados pela conjuntura internacional e pela ação dos Estados mais poderosos do desenvolvimento. Em outras palavras, não se aprofunda em como as próprias disparidades de poder na ordem internacional inviabilizam a consecução da agenda de trabalho decente no plano nacional.

Há, portanto, um distanciamento dos embates relativos à política e à condução macroeconômica globais. Apesar dos objetivos estratégicos da agenda denotarem um reconhecimento dos impedimentos que a globalização financeira impõe ao mercado de trabalho e seja pertinente a intenção de produzir ciclos de investimento produtivo sustentados com crescimento do emprego, o modelo da OIT não promove uma indagação mais profunda a respeito da regulação do sistema financeiro internacional e do seu padrão monetário, nos quais estão as raízes de diversas instabilidades sistêmicas e, em última instância, do quadro de desestruturação do mercado de trabalho, crise permanente das finanças públicas e regressão da estrutura produtiva. Procura elencar entre os imperativos econômicos do sistema a criação de empregos, sem um endereçamento mais denso de como superar a assimetria entre as moedas, as medidas protecionistas dos países mais ricos e a tendência liberal a ajustes recessivos. Tampouco se aprofunda sobre o significado do mercado de trabalho como espaço vital de organização da vida social, em termos, por exemplo, de convívio e de identificação pessoal. O diálogo social tem um direcionamento majoritariamente econômico, sem a proposição de uma abordagem de cunho transdisciplinar e consideração da condição humana como um todo e de suas potencialidades neste início de século XXI. Vale dizer, o modelo pugnado pela Organização Internacional do Trabalho constitui mais um modelo econômico do que propriamente o de uma sociedade que se deseja construir.

Referências bibliográficas

AGLIETTA, M. *Macroéconomie financière*. Paris: Éditions La Decouverte, 1995.

_____.; BERREBI, L. *Désordres dans le capitalisme mondial*. Paris: Éditions Odile Jacob, 2007.

ALMEIDA, M. C. C. *Harvey, David. O novo imperialismo*. POLITEIA: História e Sociedade, Vitória da Conquista, 2006, v. 6, n. 1.

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BELLUZZO, L. G. *Ensaio sobre o capitalismo no século XX*. São Paulo: Editora UNESP, Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2004.

_____. *O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados "globalizados"*. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.4, jun. 1995.

BRAGA, J. C. *Temporalidade da Riqueza : teoria da dinâmica e financeirização da economia*, Campinas, SP, IE/UNICAMP, 2000.

_____. *A financeirização da riqueza*. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.2, ago. 1993.

CARNEIRO, R. *A globalização financeira : origem, dinâmica e perspectivas. Texto para Discussão*, IE/UNICAMP, n.90, out. 1999.

CHESNAIS, F. *A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século*. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.5, dez. 1995.

_____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, L. *Notas sobre a natureza da globalização*. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.4, jun. 1995.

_____.; BELLUZZO, L. G. M. *"Financeirização" da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas*. Disponível em http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/biblioteca/48_luciano_coutinho.html. Acesso em 01 de junho de 2009.

_____. *Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas*. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.7, dez. 1996.

DEDECCA, C. S. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. IE – UNICAMP (Coleção Teses): Campinas, 1999.

EICHENGREEN, B. *A globalização do capital*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

GIMENEZ, D. M. *Ordem liberal e a questão social no Brasil*. Debates Contemporâneos: economia social e do trabalho, n. 3. LTr Editora: Campinas, 2008.

GUTTMANN, R. *Uma introdução ao capitalismo liderado pelas finanças*. Revista Novos Estudos, n.82, nov. 2008.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Edições Loyola: São Paulo, 1992.

_____. *O novo imperialismo*. Editora Loyola: São Paulo, 2005.

_____. *O novo imperialismo: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento*. Socialist Register, julho de 2003.

ILO: *A fair globalization: creating opportunities for all*, 2004.

_____. *Global Employment Trends*, 2003.

_____. *Global Employment Trends*, 2004.

_____. *Global Employment Trends*, 2005.

_____. *Global Employment Trends*, 2006.

_____. *Global Employment Trends*, 2007.

_____. *Global Employment Trends*, 2009.

_____. *Global Employment Trends*, 2010.

_____. *Global Employment Trends for Women*, 2009.

_____. *Global Employment Trends for Youth*, 2010.

_____. *Reducing the decent work deficit in the infrastructure and construction sectors*, 2004.

_____. *World Employment Report*, 2004/2005.

_____. *World of Work Report*, 2008.

KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

LIPIETZ, A. *New tendencies in the international division of labour: regimes of accumulation and modes of regulation*. In: SCOTT, A. et STORPER, M. *Production, work, territory; the geographical anatomy of industrial capitalism*. Londres, 1986.

_____. *Audácia: uma alternativa para o século XXI*. Editora Nobel: São Paulo, 1991.

MARQUES, I. C. *O Brasil e a abertura dos mercados: o trabalho em questão*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998.

MARUANI, M. *Travail et emploi des femmes*. La Découverte: Paris, 2000.

OIT: Declaração da OIT sobre a justiça social para uma globalização equitativa, 2008.

PLIHON, D. *A ascensão das finanças especulativas*. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.5, dez. 1995.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

PRONI, M. W., HENRIQUE, W. (org.) *Trabalho, Mercado e Sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp- IE, 2003.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SADER, E. (org.) *GRAMSCI – Poder, Política e Partido*. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2005.

SERRANO, F. *Do ouro imóvel ao dólar flexível*. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 237-253, jul./dez. 2002

SINGER, Paul. *O Brasil no limiar do terceiro milênio*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 14, n. 38, abr. 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100013&lng=en&nrm=iso&tling=pt. Acesso em 25 de junho de 2009.

STOCKHAMMER, E. *Some Stylized Facts on the Finance-Dominated Accumulation Regime*. Disponível em http://www.univ-paris13.fr/CEPN/texte_stockhammer_040408.pdf. Acesso em 15 de maio de 2009.

TAVARES, M. C. (1985) *A retomada da hegemonia norte-americana*. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *Poder e Dinheiro*. Editora Vozes: Petrópolis, 1997.

HARVEY, D. HARVEY, D.

_____; BELLUZZO, L. G. M. *O capital financeiro e a empresa multinacional*. Temas de Ciências Humanas, n. 9. Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo, 1980.

VALENCIA, A. S. *La reestructuración del mundo del trabajo*. Universidad Obrera de México, 2003.

Anexo: As consequências humanas

Do ponto de vista da própria condição humana, é preocupante o tipo de lógica social que parece emergir do desenvolvimento capitalista recente. O fato de a ideologia preconizada não possibilitar um crescimento sustentado não impede que os valores individualistas e concorrenciais que a legitimam se estendam para todos os níveis das relações sociais e conformem uma verdadeira economização da vida em sociedade. Sobre o tipo de sociedade que se configura sob a globalização financeira, afirma Milton Santos:

“Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido. Haveria nisto um paradoxo pedindo uma explicação? De um lado, é abusivamente mencionado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas, das quais um dos frutos são os novos materiais artificiais que autorizam a precisão e a intencionalidade. De outro lado, há, também, referência obrigatória à aceleração contemporânea e todas as vertigens que cria, a começar pela própria velocidade. Todos esses, porém, são dados de um mundo físico fabricado pelo homem, cuja utilização, aliás, permite que o mundo se torne esse mundo confuso e confusamente percebido. Explicações mecanicistas são, todavia, insuficientes. É a maneira como, sobre essa base material, se produz a história humana que é a verdadeira responsável pela criação da torre de babel em que vive a nossa era globalizada. Quando tudo permite imaginar que se tornou possível a criação de um mundo veraz, o que é imposto aos espíritos é um mundo de fabulações, que se aproveita de todos os contextos para consagrar um discurso único. Seus fundamentos são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal. [...] Este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação.”³⁴

³⁴ SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Editora Record: Rio de Janeiro, 2008, p. 17-18.

O discurso ideológico e a dispersão e impessoalidade do poder econômico mantêm uma percepção enganosa da lógica excludente que se desenvolve no seio da sociedade e impedem que lhe sejam atribuídas as causas dessa exclusão. Difunde-se a idéia de que um mercado global é capaz de homogeneizar o planeta, apresentando-a como uma verdade inquestionável, mas o que se verifica é que tal homogeneidade opera a serviço dos atores hegemônicos, ao mesmo tempo em que as diferenças locais são aprofundadas. Apesar da grande mobilidade espacial-temporal com a qual convivemos, renascem sentimentos nacionalistas de cunho xenofóbico e localismos preconceituosos. Não se pode falar em uma “aldeia global”, sustentada pela idéia de que a rápida difusão de notícias de fato informa as pessoas e que, assim, o mundo está igualmente ao alcance de todos. Pelo contrário, o que se verifica é uma progressiva desunião, tornando cada vez mais difícil a construção de uma cidadania verdadeiramente universal. A globalização, sob um regime de financeirização da riqueza, não cria laços no sentido de aproximação de valores comunitários, mas sim o acirramento de heterogeneidades tanto no plano nacional como internacional. Nas palavras de Zygmunt Bauman:

“Trocando em miúdos: em vez de homogeneizar a condição humana, a anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais tende a polarizá-la. Ela emancipa certos seres humanos das restrições territoriais e torna extraterritoriais certos significados geradores de comunidade – ao mesmo tempo que desnuda o território, no qual outras pessoas continuam sendo confinadas, do seu significado e da sua capacidade de doar identidade.”³⁵

Segundo o mesmo autor, aqueles que melhor conseguem se emancipar das restrições territoriais são justamente os investidores ou detentores de ativos, uma vez que tais acionistas são “o único fator autenticamente livre da determinação espacial”. Os trabalhadores, fornecedores e subcontratados estão vinculados ao espaço territorial e sobre eles recaem as consequências das decisões dos acionistas, caso estes decidam buscar outras oportunidades de valorização mais

³⁵ BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Jorge Zahar Editora: Rio de Janeiro, 1999, p. 25.

atrativas, fazendo-o sem qualquer responsabilidade sobre os demais. Ou seja, tal mobilidade significa uma desconexão do poder em relação a "obrigações com empregados, mas também com os jovens e fracos, com as gerações futuras e com a auto-reprodução das condições gerais de vida", o que provoca uma assimetria na qual o poder "desarraigado, capaz de se mudar de repente ou sem aviso, é livre para explorar e abandonar as consequências dessa exploração", de maneira que "os custos de se arcar com as consequências não precisam agora ser contabilizados no cálculo da "eficácia" do investimento"³⁶

Há um processo de fragmentação que retira das coletividades o comando do próprio destino, enquanto os novos atores não implementam uma regulação que interesse à sociedade em seu conjunto. O fato de que as pessoas são impedidas de compreender que a própria desgraça advém do estado das relações, uma vez que a ideologia difundida é a de que o regime é meritocrático e a concorrência é eficiente, acaba por gerar um progressivo estado de angústia coletiva. Não percebendo o poder opressivo ao qual estão submetidos em função da forma ideológica como se regula a expansão do sistema, os mais prejudicados tendem a culpar mais a si do que propriamente o estado das relações no jogo de forças sociais e acabam por reproduzir as idéias mitificadas dos atores hegemônicos.

Tal poder opressivo impessoal e o cultivo de valores individualistas, assim, promovem um alastramento e um aprofundamento de males morais e espirituais, como egoísmos, cinismos, corrupção, violência e criminalidade, culminando numa espécie de solidão coletiva ou multidão solitária com laços sociais extremamente degenerados. Além disso, aprofundam a fetichização do dinheiro e do consumismo e representam um retrocesso quanto às noções de bem público, compaixão e solidariedade social. A competitividade comanda a ação humana, enquanto a inação é comandada pelo consumo.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 15-17.

À medida que o fim de acumular dinheiro e consumir passa a justificar a maior parte da atividade humana e os padrões de felicidade, status e poder vinculam-se mais e mais à riqueza material, uma vez que todos são influenciados pelos artifícios e mecanismos de criação de necessidades e desejos, cria-se uma sociedade narcisista e valorativa de aspectos meramente estéticos. O consumo aparece como o grande fundamentalismo da sociedade contemporânea³⁷, isto é, “a maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor”; a vontade e a capacidade de desempenhar tal papel é “a norma que nossa sociedade coloca para seus membros³⁸”.

Essa combinação de consumismo, competitividade e individualismo exacerbado leva a um enfraquecimento moral e intelectual do ser humano, à inibição da personalidade espontânea, ao estreitamento da visão de mundo e à confusão dos significados entre ser consumidor e ser cidadão, obscurecendo a diferença entre desejar direitos e desejar privilégios. No limite, a consolidação de tais valores inviabiliza a construção de um convívio social saudável e o próprio exercício da democracia vê-se dificultado, uma vez que esta depende de uma interação *dialética* de idéias, na qual o confronto entre as mesmas permite o surgimento de uma verdade coletiva. À medida que não ocorre essa interação entre forças de interesses divergentes, subverte-se o próprio conteúdo da democracia e o discurso de que vivemos em uma sociedade “democrática” torna-se mais um instrumento de alienação ideológica utilizado pela tirania do dinheiro.

“Os papéis dominantes, legitimados pela ideologia e pela prática da competitividade, são a mentira, com o nome de segredo da marca; o engodo, com o nome de marketing; a dissimulação e o cinismo, com os nomes de tática e estratégia. É uma situação na qual se produz a glorificação da

³⁷ SANTOS, M. *Op. Cit.*, p.49.

³⁸ BAUMAN, Z. *Op. Cit.*, p.88.

esperteza, negando a sinceridade, e a glorificação da avareza, negando a generosidade. Desse modo, o caminho fica aberto ao abandono das solidariedades e ao fim da ética, mas também da política. Para o triunfo das nossas virtude pragmáticas, o ideal de democracia plena é substituído pela construção de uma democracia de mercado, na qual a distribuição do poder é tributária da realização dos fins últimos do próprio sistema globalitário. Estas são as razões pelas quais a vida normal de todos os dias está sujeita a uma violência estrutural que, aliás, é a mãe de todas as outras violências.³⁹

Enfim, conforma-se uma sociedade progressivamente fugaz, na qual nada é estável e muito menos duradouro, permeada por estados crescentes de ansiedade, insegurança e desamparo coletivos e pautada por uma ética utilitarista, pragmática e imediatista.

Nesse panorama, então, um desafio se coloca à ciência econômica: para que seja um instrumento pertinente e não se torne ela própria uma ferramenta de legitimação de interesses de classe, a economia não pode se restringir a pensar soluções cujos horizontes de análise se limitem aos ideais de mero crescimento, sem apreender o ambiente social em seu sentido mais amplo. Deve, assim, fortalecer sua capacidade em assimilar conceitos de outras disciplinas na construção de um saber transdisciplinar, que apreenda a complexidade e pluralidade humanas e, por conseguinte, possibilite o surgimento de um conhecimento econômico verdadeiramente humanitário. A busca por respostas não está propriamente fora do seu alcance, mas em panorama no qual a capacidade da mesma em prover soluções pertinentes passa, necessariamente, pela capacidade de se relacionar com outras ciências e desse casamento resultar uma alternativa que esteja além da lógica materialista do capitalismo financeiro.

O conhecimento de qualquer ciência é válido e útil na medida em que serve a fins humanos, sendo a mesma premissa válida para o desenvolvimento tecnológico.

³⁹ SANTOS, M. *Op. Cit.*, p. 61.

O problema da conformação do capitalismo financeiro é que tanto a técnica como a ciência são “seletivas”, pois o uso delas é condicionado pelo mercado e não pela humanidade em geral. Por isso, os progressos técnicos e científicos do período não se materializaram em progresso moral.

Além disso, não podem ser vistos como um dado absoluto, mas como ciência e técnica já relativizada, isto é, tal como utilizada pelo homem. É a intermediação política que faz com que ambas se realizem e se tornem história. O paradoxo do sistema atual é que à medida que aumenta o desenvolvimento técnico-científico, não diminui a alienação do trabalho. A racionalização da produção poderia ter seguido sentido contrário e à altura em que se encontra ter sistematicamente libertado o ser humano; pelo contrário, a fragmentação da produção inviabiliza ainda mais que o trabalhador se reconheça no fruto do próprio trabalho. Tampouco se pode esperar que a continuidade do desenvolvimento da técnica e da ciência por si mesmas libertará progressivamente o homem do trabalho alienado. Somente uma intermediação política consciente pode alcançar tal objetivo.